

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 082/2025
Data: 24/06/2025



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TERMINAL PESQUEIRO EM SANTOS: ENTIDADE NÃO QUER TRANSFERÊNCIA PARA O PORTO; LOCAL TERÁ NOVO LEILÃO	4
PROJETO PODE GERAR PERDA SALARIAL DE ATÉ R\$ 4 BILHÕES POR MÊS NO PORTO DE SANTOS; ENTENDA	5
CAMINHONEIRO MORRE APÓS SER ATINGIDO POR CONTÊNER QUE CAIU DE PILHA EM TERMINAL DE SANTOS	6
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	7
PORTO SECO SURGE COMO OPÇÃO PARA DIMINUIR DEPENDÊNCIA DO INTERIOR EM RELAÇÃO À SUAPE.....	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	8
ANTAQ DIVULGA CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE DIRETORIA DO 2º SEMESTRE DE 2025.....	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
DE MINAS A PERNAMBUCO, NOVA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO VAI INTEGRAR O BRASIL	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	11
GOVERNO FEDERAL FORTALECE PARCERIA COM UNIÃO EUROPEIA PARA MODERNIZAÇÃO DO SETOR FERROVIÁRIO	11
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PROPÕE AÇÕES PRÁTICAS E LIDERA DEBATES SOBRE TRANSPORTE SUSTENTÁVEL EM WORKSHOP DA ONU	12
BR-101/ES/BA: NOVA CONCESSÃO MARCA AVANÇO EM LOGÍSTICA, TURISMO E BENEFICIA 26 CIDADES.....	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – ESTIVA DE SANTOS, MAIS DIVERSA E PREPARADA	13
NACIONAL - HUB – CURTAS - TRUMP ANUNCIA CESSAR-FOGO ENTRE ISRAEL E IRÃ.....	14
<i>Cessar-fogo</i>	14
<i>“Não violem”</i>	14
<i>Imprensa confirma</i>	15
<i>Missão na Nigéria</i>	15
<i>Cooperação</i>	15
REGIÃO SUL - CONAB DISTRIBUI 4 MIL CESTAS BÁSICAS A FAMÍLIAS AFETADAS POR TEMPORAIS NO RS.....	15
REGIÃO NORDESTE - GOVERNO FEDERAL COBRA EXPLICAÇÕES SOBRE INCIDENTE COM AVIÃO EM NORONHA.....	16
REGIÃO SUL - EMPRESA AMERICANA VAI CONSTRUIR FÁBRICA DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL NO PR.....	17
REGIÃO SUL - GEELY VOLTA AO BRASIL COM DESEMBARQUE DE CARROS ELÉTRICOS EM PARANAGUÁ.....	18
REGIÃO SUDESTE - OGMO SANTOS FORMA AS PRIMEIRAS MULHERES ESTIVADORAS DO PAÍS	19
REGIÃO SUDESTE - WILSON SONS INICIA OPERAÇÃO COM ENERGIA 100% RENOVÁVEL NO RJ	20
REGIÃO SUDESTE - GOVERNO DO ES ARTICULA RETOMADA DA TEMPORADA DE CRUZEIROS	21
REGIÃO NORDESTE - PORTO PIAUÍ DEVE INICIAR EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO EM 2026.....	22
JORNAL DA ORLA - SP	23
TREZE MULHERES SE TORNAM AS PRIMEIRAS ESTIVADORAS DO PORTO	23
TECON SANTOS 10: COMISSÃO DA CÂMARA APROVA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA.....	24
JORNAL O GLOBO – RJ	25
BC ADOTA CAUTELA COM INFLAÇÃO FORA DA META E PIB, MAS PREVÊ EFEITO FUTURO DE AUMENTO DE JUROS 'RÁPIDO E FORTE'	25
GOVERNO DEVE APROVAR AUMENTO DA MISTURA DO ETANOL PARA GASOLINA PARA 30%.....	28
NAVIO CARREGADO DE CARROS ELÉTRICOS AFUNDA NO OCEANO PACÍFICO APÓS PEGAR FOGO	29
ATA DO COPOM TRAZ BOAS NOTÍCIAS, MAS MOSTRA RISCOS AINDA ALTOS PARA INFLAÇÃO, REFORÇADOS PELO CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO.....	30
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	31
AUMENTO DE IOF E OUTROS IMPOSTOS: O QUE ESTÁ VALENDO, O QUE FOI REVOGADO E O QUE AINDA VAI VALER?	31
FUNDO SOCIAL DO PRÉ-SAL PODERÁ SER USADO NO MCMV E PAC; PROGRAMA QUE ISENTA CONTA DE LUZ É DÚVIDA.....	34
OPINIÃO - ATA DO COPOM MOSTRA QUE, SEM AJUSTE FISCAL, LULA NÃO TERÁ JUROS BAIXOS ATÉ AS ELEIÇÕES DE 2026.....	35
TRÉGUA DO JURO SERIA MAIS ANIMADORA SE LULA COLABORASSE COM MENOR GASTO FEDERAL	36
VALOR ECONÔMICO (SP)	37
ANÁLISE: BRASIL IGNORA SUA AUTORIDADE NUCLEAR ENQUANTO O MUNDO ACELERA RETOMADA ATÔMICA	37
ENTIDADES DO SETOR DE COMBUSTÍVEIS ASSINAM MANIFESTO CONTRA CORTE DE RECURSOS NA ANP.....	39



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 082/2025
Página 3 de 44
Data: 24/06/2025
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	40
TECON SANTOS 10: 'ORIENTAÇÃO É AGUARDAR TCU', DIZ POMINI.....	40
PORTO DE SANTOS AVALIA IMPACTOS EM CASO DE BLOQUEIO DO ESTREITO DE ORMUZ.....	40
APS LANÇA LICITAÇÃO PARA REFORÇO ESTRUTURAL E AUMENTO DO CALADO DO CAIS DA ILHA BARNABÉ.....	42
PORTO DE PARANAGUÁ RECEBE VEÍCULOS DA CHINESA GEELY, QUE VOLTA AO PAÍS APÓS 9 ANOS.....	43
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	44
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	44



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TERMINAL PESQUEIRO EM SANTOS: ENTIDADE NÃO QUER TRANSFERÊNCIA PARA O PORTO; LOCAL TERÁ NOVO LEILÃO

Possibilidade de passar a área federal para o Porto é rebatida por sindicato; local irá à leilão pela terceira vez

Por Ted Sartori 24 de junho de 2025



Com a concessão, a ideia é que o setor privado faça investimentos a fim de melhorar o local, como, por exemplo, a reforma da fábrica de gelo (Alexander Ferraz/AT)

Os pescadores não querem saber de operações portuárias na área de 7,3 mil metros quadrados (m²) do Terminal Pesqueiro Público de Santos (TPPS), na Ponta da Praia. Embora especialistas destaquem que o espaço é relevante para o cais santista, a Autoridade Portuária de Santos (APS) também não pretende reivindicar o terreno.

“Se a área fosse inserida no Porto, a pesca perderia o único local na região de descarga de pescado público. Não sei se a Autoridade Portuária teria interesse em administrar em prol da pesca”, afirma Antônio Hisashi Miki, presidente do Sindicato de Pescadores e Trabalhadores Assemelhados do Estado de São Paulo (Sinpescatraesp), que fica em Guarujá.

A APS, ainda como Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), administrou o Terminal Pesqueiro de Laguna, em Santa Catarina, de meados dos anos 1990 até 2019, quando a União repassou o espaço para o governo catarinense.

Em nota, a gestora do cais santista deixa claro que não se interessa pelo terreno, seja para atividade portuária ou de pesca.

Pela terceira vez, o Governo Federal tentará leiloar o TPPS, com a primeira fase do pregão marcada para esta terça-feira (24). Nas duas primeiras tentativas, não houve interessados. A ideia é manter e melhorar a atividade pesqueira no local.

“Como não há interesse do Governo em administrar o Terminal Pesqueiro, creio que o melhor é passar para a iniciativa privada, com ressalvas para que os pescadores que não têm condições para ter seu próprio terminal possam usufruir sem ter que pagar por isso”, afirma Miki.

O local e a ideia

O TPPS é de responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e conta, atualmente, com um posto de combustível que oferece óleo diesel para as embarcações, além de fazer o desembarque, lavagem e seleção do pescado e o fornecimento de água e energia elétrica.

Com a concessão, a ideia é que o privado faça investimentos a fim de melhorar o local e prestar outros serviços, como, por exemplo, a reforma da fábrica de gelo para fornecimento deste insumo para os pescadores locais, segundo explicou Clecius Nerby Alves da Rocha, coordenador-geral da área de Infraestrutura e Fomento do MPA.

A primeira fase do leilão, marcada para hoje, consiste na entrega, na sede da Bolsa de Valores (B3), em São Paulo, por parte dos interessados, dos documentos de habilitação e as propostas comerciais.

Serão quatro Terminais Públicos Pesqueiros (TPPs) no pregão, mas não em bloco. Além de Santos, estão envolvidos os de Cananeia, no Vale do Ribeira, de Natal (Rio Grande do Norte) e de Aracaju (Sergipe).

Nesta etapa é quando ocorre a abertura do envelope com os documentos para habilitação técnica. O outro envelope, contendo a proposta comercial, fica sob a guarda da B3 até o dia 4 de julho, quando ocorrerá a sessão pública do leilão em que serão abertas, em tempo real, as propostas comerciais habilitadas na etapa anterior a fim de classificar os proponentes, informou o MPA.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 24/06/2025

PROJETO PODE GERAR PERDA SALARIAL DE ATÉ R\$ 4 BILHÕES POR MÊS NO PORTO DE SANTOS; ENTENDA

Estudo sobre o reflexo do fim da exclusividade no cais santista foi apresentado em audiência pública **Por Bárbara Farias 24 de junho de 2025**



Encontro foi na Câmara de Santos e debateu Projeto de Lei 733/2025, que tramita na Câmara dos Deputados para revisar Lei dos Portos (Alexander Ferraz/AT)

Um estudo de impacto do Projeto de Lei (PL) 733/2025, que tramita na Câmara Federal para revisar a Lei dos Portos (12.815/2013), projeta uma redução de massa salarial de até R\$ 4,1 bilhões por mês na economia de Santos, com o fim da exclusividade na contratação do trabalhador portuário avulso (TPA), se a lei for aprovada como está hoje.

A análise foi apresentada nesta segunda (23), durante audiência pública na Câmara de Santos. O encontro foi conduzido pelo vereador Chico Nogueira (PT) e contou com as presenças de lideranças sindicais de categorias diversas ligadas à atividade portuária.

O estudo foi apresentado pelo advogado Marcílio Santos, especialista em Portos, Logística e Infraestrutura Portuária. “Essa pesquisa mostra o impacto do PL 733 nas economias das cidades portuárias, em especial Santos, com dados compilados por meio da Rais (Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego)”, afirmou.

O advogado explicou que foram simulados três cenários de redução da massa salarial, de 20%, 30% e 50%. “No pior cenário, com retração de 50%, deixariam de circular mais de R\$ 4 bilhões, mensalmente, impactando diretamente a economia da Cidade - comércio, serviços, arrecadação e consumo - e indiretamente economias da região. No melhor cenário, perderíamos R\$ 859 milhões”.

A análise apontou ainda que a taxa de desocupação em Santos é similar à média nacional, de 7%, indicada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Mesmo com expansão do Porto, o emprego formal portuário não cresceu proporcionalmente. O PL pode agravar o quadro, com aumento da rotatividade e informalidade”, disse o advogado.

Chico Nogueira disse que a ata da audiência pública será enviada à comissão especial que aprovará o PL, na Câmara Federal.

Sindicalistas

O presidente do Sindicato dos Operários e Trabalhadores Portuários (Sintraport), Miro Machado, que também é membro do Conselho de Sindicatos dos Trabalhadores do Porto de Santos, criado pela Prefeitura, frisou que todos os trabalhadores portuários, autoridades municipais e deputados da região precisam se unir para evitar a aprovação do PL. “Se passar, vai todo mundo entrar na luta, se não for pelo amor, vai ser pela dor. Acabou a Cidade!”.

Sindicatos fazem críticas à revisão do marco legal

Coordenador-geral do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP), Fábio Mello afirmou que o que está em jogo é a “transferência de renda e precarização do trabalho em nome de uma falácia de modernização do Porto”.

O presidente da Federação dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de São Paulo (FTTRESP), Valdir Pestana, disse que “o projeto é inconstitucional” e levará a questão ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, com quem se reunirá na quinta-feira.

O presidente do Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga, Marco Sanches, disse que é preciso “fazer a Cidade entender o que nós estamos passando para abraçar a nossa causa”.

O coordenador da Central Única dos Trabalhadores (CUT) da Baixada Santista, Carlos Riesco, afirma que o PL “vai quebrar a Autoridade Portuária pública e estabelecer a privatização do Porto”.

O representante do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), Alexandre Machado, disse que os caminhoneiros apoiam os portuários. “Se tiver que trancar rodovia, avenida, nós vamos trancar”.

O presidente do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Carga a Granel de Guarujá, Santos, Cubatão (Sindgran), José Cavalcante, declarou que se trata de um projeto “perverso para acabar com o cais público na Baixada Santista, prejudicando o trabalhador avulso e o vinculado”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/06/2025

CAMINHONEIRO MORRE APÓS SER ATINGIDO POR CONTÊINER QUE CAIU DE PILHA EM TERMINAL DE SANTOS

Polícia Civil investiga o caso, que foi registrado como homicídio culposo

Por A Tribuna.com.br 23 de junho de 2025



Vítima manobrava caminhão quando foi atingida por contêiner que caiu de pilha (Reprodução)

O caminhoneiro Josué Antônio da Silva, de 48 anos, morreu na manhã desta segunda-feira (23) após ser atingido por um contêiner em um terminal localizado na Avenida Boris Kauffmann, no bairro Chico de Paula, em Santos, litoral de São Paulo.

Segundo o boletim de ocorrência, ao qual A Tribuna teve acesso, o caso aconteceu por volta das 10h05. A Polícia Militar (PM) foi acionada ao terminal e, lá,

apurou que a vítima manobrava o caminhão no momento em que foi atingida pelo contêiner.

Ainda de acordo com o BO, momentos antes da queda, o contêiner havia sido deslocado de uma pilha para outra por um funcionário, que consta no documento como investigado. Foi requisitada perícia para o local e exame necroscópico para a vítima.

A morte do caminhoneiro foi constatada pelo médico do Samu, segundo o Corpo de Bombeiros. Equipes da corporação informaram queda de seis contêineres no local em razão dos fortes ventos.

O caso foi registrado como homicídio culposo - sem intenção de matar - no 5º Distrito Policial (DP) de Santos. Procurada por A Tribuna, a Secretaria Estadual da Segurança Pública (SSP) apenas confirmou as informações, acrescentando que diligências estão em andamento visando o total esclarecimento dos fatos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 24/06/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PORTO SECO SURGE COMO OPÇÃO PARA DIMINUIR DEPENDÊNCIA DO INTERIOR EM RELAÇÃO À SUAPE

Movimento em torno do Porto Seco ganhou força com movimento vindo do Ministro Sílvio Costa Filho e 35 prefeitos

Por Patricia Raposo de Recife patricia.raposo@movimentoeconomico.com.br



Porto Seco reduzira a dependência em torno de Suape/Foto: Divulgação

A proposta de implantação de um Porto Seco começa a ganhar atenção em Pernambuco. Em evento recente do Consórcio de Prefeitos do Agreste e Mata Sul de Pernambuco, 35 gestores municipais, ao lado do ministro Sílvio Costa Filho, levantaram essa pauta.

O Porto Seco representa muito mais do que um projeto de infraestrutura. Trata-se de uma estratégia robusta de transformação econômica, social e logística, com

potencial para reconfigurar a dinâmica produtiva do interior do estado.

Desconcentrando Porto de Suape

Atualmente, a maior parte das atividades de comércio exterior e logística pesada se concentra nas regiões metropolitanas, especialmente no Porto de Suape. A criação de um Porto Seco no interior rompe essa lógica centralizadora, permitindo que municípios do Agreste e da Mata Sul se integrem diretamente às cadeias produtivas nacionais e internacionais. Isso significa menos dependência da infraestrutura portuária costeira, democratizando o acesso ao comércio exterior.

O Porto Seco atua como um terminal intermodal, viabilizando operações aduaneiras e logísticas longe dos portos marítimos. Quando conectado à ferrovia Transnordestina — que pretende ligar o interior do Nordeste a portos estratégicos —, cria-se um corredor logístico eficiente e de baixo custo. Esse arranjo reduz significativamente o preço do frete, o tempo de deslocamento de cargas e os gargalos logísticos, especialmente para setores como agronegócio, indústria têxtil, alimentos, bebidas e mineração.

Com a melhoria na infraestrutura, as empresas passam a enxergar o interior como um local viável e atrativo para instalação de centros de distribuição, indústrias e empreendimentos logísticos. Isso resulta na geração de empregos diretos e indiretos, aumento da arrecadação municipal e fortalecimento das economias locais. A descentralização da atividade econômica contribui ainda para a redução das desigualdades regionais.



BB verde

Os terminais de autoatendimento do Banco do Brasil passaram a fornecer o comprovante de depósito em dinheiro pelo WhatsApp. A opção é facultativa. O cliente, ao depositar dinheiro nos terminais, pode escolher se receberá o comprovante impresso ou pelo WhatsApp. A nova funcionalidade integra a agenda ambiental, social e de governança (ASG) do banco.

Centro Cultural

A Zona Sul do Recife ganhará um o espaço para a cultura, o Centro Cultural. Ele chega com proposta de integração de cultura e arte, experiências gastronômicas e impacto social. Com projeto arquitetônico assinado por André Reis e Pedro Mota, o espaço abrigará exposições com curadoria do MIS São Paulo – Museu da Imagem e do Som. Terá bistrô, teatro/auditório, restaurante com Rooftop e exposições permanentes como o acervo de máquinas musicais raras adquiridas do colecionador Zé Roberto Briguenti via Lei Rouanet. O Centro Cultural nasce como braço urbano do Instituto Marcos Hacker de Melo, entidade que já atua em escolas públicas da Zona da Mata Sul.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 24/06/2025



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DIVULGA CALENDÁRIO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE DIRETORIA DO 2º SEMESTRE DE 2025

As reuniões contam com a participação dos diretores da Agência e subsidiam a implementação de políticas públicas

Brasília, 23/06/2025 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou, nesta segunda-feira (23), o calendário de Reuniões Ordinárias da Diretoria (ROD) referente ao período de julho a dezembro de 2025. As reuniões acontecerão de forma virtual e telepresencial, sendo a primeira delas entre os dias 14 e 16 de julho, a partir das 14h.

As reuniões contam com a participação dos diretores da Agência, que analisam e votam de forma colegiada os processos em pauta. Essas decisões tomadas impactam diretamente na implementação de políticas públicas do Governo Federal, e no funcionamento dos portos e transportes aquaviários em todo o país.

Tendo em vista a diretriz da ANTAQ de valorização da transparência, as pautas das reuniões são publicadas no site oficial da Agência e os documentos relativos às deliberações realizadas em reunião ficam disponíveis para consulta posterior no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Confira o calendário das RODs do 2º semestre de 2025

As reuniões presenciais, que acontecem de forma telepresencial, são transmitidas ao vivo pelo canal da ANTAQ no YouTube e permitem a sustentação oral por parte de interessados ou de seus representantes, previamente inscritos. Essa modalidade começa e termina no mesmo dia.

Já as reuniões virtuais são realizadas via SEI (Sistema Eletrônico de Informações) e se estendem por 48h, começando às 14h de segunda-feira e terminando às 17h da quarta-feira. Nesta modalidade, cada diretor se manifesta de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no calendário de reuniões. Após a finalização do prazo para manifestação, o resultado das deliberações poderá ser consultado no portal da Agência.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - FAX: (61) 2029-6517 - E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 23/06/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

DE MINAS A PERNAMBUCO, NOVA HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO VAI INTEGRAR O BRASIL

Retomada da movimentação comercial pelo Velho Chico vai fortalecer a logística brasileira de forma eficiente, econômica e sustentável



Cânion de Xingó no Rio São Francisco, município de Delmiro Gouveia, Alagoas - Foto: Cleferson Comarela /Divulgação

O Rio São Francisco é fundamental para a integração e o desenvolvimento do Brasil. Os 2,8 mil quilômetros de extensão do Velho Chico banham 505 municípios brasileiros e abastecem 11,4 milhões de pessoas. Nesse caminho ascendente do Sudeste ao Nordeste, há um grande potencial para o transporte de cargas em escala de forma mais eficiente, econômica e sustentável. Recentemente, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou a Nova

hidrovia do São Francisco.

Os 1.371 quilômetros navegáveis da Nova Hidrovia vão permitir a retomada da navegação comercial desde Pirapora, em Minas Gerais (MG), até Petrolina, em Pernambuco (PE). Esse tipo de operação não ocorre no Velho Chico desde 2012, em função do assoreamento de trechos desse rio essencial para a integração nacional.

“Grandes grupos já manifestaram interesse em fazer essa operação hidroviária. Vamos trabalhar muito nos próximos meses para garantir a execução do projeto, que é fundamental para o fortalecimento da logística brasileira e para o desenvolvimento do país, sobretudo da Região Nordeste”, ressaltou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Para o diretor do Departamento de Navegação e Fomento da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação do MPor, Otto Luiz Burlier, a hidrovia do São Francisco é a forma mais sustentável de transportar cargas e um ganho para a logística da região. “A Nova Hidrovia do São Francisco tem potencial para gerar mais movimentação de cargas entre os estados do Nordeste de forma muito mais barata e menos poluente do que por meio de uma rodovia”.

Navegação e sustentabilidade

O Ministério de Portos e Aeroportos tem investido fortemente na agenda de concessões hidroviárias por causa do potencial do Brasil para esse modal e pela urgência de garantir transportes de cargas mais sustentáveis e que contribuam para mitigar as mudanças climáticas.

Um comboio de embarcação hidroviária pode substituir até 1,2 mil caminhões na estrada, reduzindo drasticamente a emissão de CO₂ e o desgaste das rodovias. Além disso, a energia consumida pelas embarcações é bem menor, tornando essa solução uma das mais econômicas e sustentáveis do mercado.

“A matriz logística brasileira é muito desigual, cerca de 70% das cargas movimentadas no país são por meio rodoviário. Precisamos aproveitar o potencial do Brasil. Temos cerca de 60 mil quilômetros navegáveis e apenas 20 mil são, de fato, aproveitados comercialmente”, defendeu Otto.

Descentralização

Para iniciar o projeto, o MPor vai passar a gestão da hidrovia, atualmente sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), para a Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), autoridade portuária vinculada ao ministério.

Com a descentralização, que deve ocorrer ainda em junho, a Codeba iniciará os estudos técnicos e voltados para a retomada da navegação. Em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Codeba também realizará estudos para a concessão da Nova Hidrovia do São Francisco.

Etapas

Devido à sua magnitude, o projeto foi dividido em três etapas. Todas elas preveem integração intermodal, por rodovias e ferrovias, o que contribuirá para aumentar a eficiência logística, promover a sustentabilidade e reduzir custos.

A primeira etapa com 577 quilômetros de extensão, sendo 525 navegáveis, ligará pelas águas Juazeiro (BA) e Petrolina à Sobradinho (BA) e terminará em Ibotirama (BA). As cargas serão escoadas por rodovias até o Porto de Aratu-Candeias, na Baía de Todos os Santos (BA).

A previsão é que cinco milhões de toneladas de cargas passem pelo trecho logo no primeiro ano. Para se ter ideia, o Porto de Santos, maior complexo portuário da América Latina, movimentou, por cabotagem, em 2024, pouco mais de 5 milhões de toneladas.

A segunda etapa terá 156 quilômetros entre Ibotirama e Bom Jesus da Lapa e Cariacá, na Bahia. Já a terceira etapa aumentará a hidrovia em 648 quilômetros e ligará Bom Jesus da Lapa e Cariacá a Pirapora, finalizando a integração Sudeste-Nordeste.

Haverá conexão, através da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), a maior do país, e com a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), até os Portos de Ilhéus (BA), Porto Sul e Aratu-Candeias.

De café a gesso

ESCOAMENTO DE CARGAS PELA NOVA HIDROVIA DO RIO SÃO FRANCISCO

Conheça os locais de origem e os produtos que vão circular pela hidrovia

ORIGEM	PRODUTO
Petrolina	Gesso agrícola
Petrolina	Gesso
Petrolina	gipsita
Petrolina	drywal
Petrolina	Calcáreo
Barreiras/Luís Eduardo Magalhães/Ibotirama	Milho
Barreiras/Luís Eduardo Magalhães/Ibotirama	Soja
Barreiras/Luís Eduardo Magalhães/Ibotirama	Algodão
Barreiras/Luís Eduardo Magalhães/Ibotirama	Caroço algodão
Juazeiro	Açúcar
Juazeiro	óleo
Pirapora	Cachaça
Pirapora	Ferro
Barreiras/Luís Eduardo Magalhães/Ibotirama	Açubos
Barreiras/Luís Eduardo Magalhães/Ibotirama	Insumos agrícolas
Juazeiro	Bebidas
Juazeiro/Sento-Sé/Remanso	Minério
Rio Grande do Norte/Remanso	Sal
Pirapora	Café



Arte: MPor

Pelo Velho Chico, saindo de Petrolina (PE), navegarão em barças gesso agrícola – utilizado como fertilizante e condicionador de solo – gesso, gipsita, drywal e calcário em direção à Pirapora (MG), de

onde seguirá para abastecer outros estados da região Sudeste. Esses produtos também terão como destino as divisas entre os estados Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, área conhecida como MATOPIBA, de forte produção agrícola.

O açúcar e o óleo sairão de Juazeiro até Pirapora, para abastecer o Sudeste, e o MATOPIBA. O sal, extraído no Rio Grande do Norte, seguirá para Remanso (BA), onde encontrará o São Francisco, e descerá para Pirapora, rumo ao Sudeste. Já o café fará o caminho inverso: sairá de Pirapora em direção a Juazeiro e Petrolina, para abastecer o Nordeste.

Milho, soja, algodão, adubo e insumos agrícolas sairão via terrestre dos municípios baianos de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães rumo à Ibotirama. Seguirá, pela hidrovia, até Juazeiro, e depois pode ser escoado para o Porto de Aratu, em Salvador, por rodovia ou ferrovia.

Instalações portuárias

Também estão previstas a construção de 17 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte, os IP4, que vão garantir o transporte de cargas e passageiros nos estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas.

Do total, seis estão em fase de projeto e 11 em planejamento. Os editais para os IP4 de Petrolina e Juazeiro estão previstos para setembro, com início das obras em janeiro de 2026.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 24/06/2025

GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

GOVERNO FEDERAL FORTALECE PARCERIA COM UNIÃO EUROPEIA PARA MODERNIZAÇÃO DO SETOR FERROVIÁRIO

Secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, apresentou projetos estratégicos da Política Nacional de Ferrovias durante encontro com membros da UE



Projetos inovadores e investimentos ganham destaque em encontro que impulsiona a modernização ferroviária do Brasil. - Foto: Michel Corvello/MT

O Ministério dos Transportes deu mais um passo para ampliar a cooperação internacional e atrair investimentos para o setor ferroviário brasileiro, nesta segunda-feira (23). Em reunião com representantes da Delegação da União Europeia, o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, apresentou os principais projetos da Política Nacional de Ferrovias e destacou oportunidades de investimento e parcerias técnicas para fortalecer o setor.

“O setor ferroviário é estratégico para o país. Estamos avançando na modernização do marco legal, inspirados em modelos internacionais como o das Short Lines, que conectam ferrovias principais e aumentam a eficiência operacional”, afirmou. Ele também ressaltou que a parceria com a União Europeia é fundamental tanto para o transporte de cargas quanto para a reestruturação do transporte de passageiros.

Criada em 2023, a Secretaria Nacional de Transporte Ferroviário tem trabalhado para superar desafios históricos do setor, como a ausência de estrutura normativa, técnica e institucional. Desde

então, o Ministério vem estruturando um banco de projetos, promovendo a articulação de políticas públicas e criando condições para atrair novos investimentos privados.

Corredores estratégicos

Na reunião, também foram apresentados os avanços do Plano Nacional de Logística (PNL) e os projetos dos corredores ferroviários Norte-Sul e Leste-Oeste, considerados estratégicos para o escoamento da produção nacional e a melhoria da competitividade.

O chefe de cooperação da Delegação da União Europeia no Brasil, Robert Steinlechner, reforçou o interesse em aprofundar a parceria com o governo brasileiro. “Compartilhar experiências em concessões, revitalização de linhas e produção de equipamentos no Brasil será essencial. Estamos prontos para formar um grupo de trabalho bilateral para dar agilidade a essa cooperação”, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 23/06/2025

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES PROPÕE AÇÕES PRÁTICAS E LIDERA DEBATES SOBRE TRANSPORTE SUSTENTÁVEL EM WORKSHOP DA ONU

Subsecretário de Sustentabilidade, Cloves Benevides, apresenta diretrizes e recomendações estratégicas em Genebra nesta segunda (23)



Durante evento, o subsecretário de Sustentabilidade enfatiza a capacidade do Brasil de converter diretrizes em resultados efetivos. - Foto: Acervo/MT

O Brasil reafirmou seu compromisso com a sustentabilidade e o protagonismo internacional na área de infraestrutura ao apresentar, nesta segunda-feira (23), propostas concretas e experiências replicáveis durante o United Nations Capacity-Building Workshop on Sustainable Transport,

realizado em Genebra. O subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides, destacou a capacidade do país de converter diretrizes em resultados efetivos.

“Acreditamos que a Década das Nações Unidas para o Transporte Sustentável será bem-sucedida se for capaz de transformar princípios em ações concretas. O Brasil, com suas ações estruturantes e mensuráveis, se coloca à disposição para contribuir com esse processo”, afirmou.

Destaques das iniciativas brasileiras

Concessões com cláusulas ambientais: A maior carteira de concessões terrestres da história inclui, pela primeira vez, cláusulas obrigatórias de sustentabilidade, com indicadores objetivos e prestação de contas contínua.

Participação social institucionalizada: Novas diretrizes garantem escuta ativa, inclusão de grupos vulneráveis e maior transparência nas decisões, consolidando a sustentabilidade como elemento central da legitimidade social.

PNL com foco climático: O Plano Nacional de Logística incorpora projeções de mudanças climáticas, emissões de gases e vulnerabilidades. A abordagem integra modelagem da rede, diferentes modais e mapeamento de riscos.

Recomendações

Benevides apresentou, ainda, três pilares estratégicos para a implementação do plano: a inclusão de exigências climáticas obrigatórias em concessões e contratos públicos; o estabelecimento de diretrizes de participação social e inclusão como requisitos para a cooperação técnica internacional;



e o apoio a planos logísticos e de mobilidade nacional com metas de emissões territorializadas e cenários climáticos.

“Mais do que uma visão comum, precisamos de instrumentos compartilhados, capacidades fortalecidas e ações mensuráveis. Nosso país está pronto para cooperar e aprender neste processo”, finalizou.

Workshop

Organizado pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU (UN DESA) e a Comissão Econômica para a Europa (UNECE), o evento reuniu representantes de governos, agências multilaterais e especialistas. O objetivo foi identificar caminhos para sistemas de transporte mais inclusivos, resilientes e alinhados à agenda climática e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 23/06/2025

BR-101/ES/BA: NOVA CONCESSÃO MARCA AVANÇO EM LOGÍSTICA, TURISMO E BENEFICIA 26 CIDADES

Segunda rodada de otimizações promovida pelo Ministério dos Transportes acontece nesta quinta (26) e prevê inúmeras melhorias nos trechos capixaba e baiano da rodovia

O Ministério dos Transportes realiza, nesta quinta-feira (26), em São Paulo, o leilão de otimização da BR-101/ES/BA. A iniciativa prevê a modernização do atual contrato de concessão, firmado em 2013, com o objetivo de garantir mais segurança, fluidez e eficiência ao tráfego ao longo dos 478,7 quilômetros do trecho entre Mucuri (BA) e Mimoso do Sul (ES).

No total 25 municípios do Espírito Santo e um da Bahia serão diretamente beneficiados com o investimento de R\$10 bilhões na melhoria da infraestrutura rodoviária da BR-101, uma das mais extensas do país. Serão mais de 172 quilômetros de duplicação, 41 quilômetros de faixas adicionais, 51 quilômetros de contornos e 2 Pontos de Parada e Descanso (PPD) para caminhoneiros.

Este é o segundo, de uma série de 15 leilões idealizados pelo Governo Federal junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), em que se permite a participação da atual concessionária e de novos investidores, com base em metas aprimoradas de desempenho, sustentabilidade e atendimento ao usuário.

Cobertura de imprensa

Profissionais interessados em cobrir o evento devem se credenciar pelo e-mail imprensa@b3.com.br. Haverá transmissão do leilão pelo canal do Ministério dos Transportes no YouTube.

Serviço

Leilão da BR-101/ES/BA

Quinta-feira (26), às 14h

B3 - Rua Quinze de Novembro, 275, Centro Histórico - São Paulo (SP)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 23/06/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – ESTIVA DE SANTOS, MAIS DIVERSA E PREPARADA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



A diplomação de 300 novos trabalhadores portuários avulsos da Estiva de Santos (SP), realizada no último dia 18, marca um momento importante para o maior porto do país. Esse reforço contribui para a manutenção da eficiência operacional diante dos desafios e demandas crescentes do comércio internacional.

O fato ganha ainda mais relevância com a inclusão das primeiras 13 mulheres na categoria, um passo que sinaliza mudanças no perfil tradicionalmente masculino da atividade portuária. A presença feminina na Estiva demonstra que o setor começa a abrir espaço para a diversidade, refletindo transformações que ocorrem em outras áreas da economia.

A trajetória de Stella Oliveira Costa, que carrega o legado familiar da Estiva ao se formar, representa bem esse movimento. Para ela, o ingresso na categoria foi uma oportunidade inesperada, que concretiza o sonho de atuar em uma profissão que antes não parecia acessível às mulheres.

A formação e seleção desses novos estivadores passaram por um processo rigoroso, com seis etapas que envolveram testes físicos e psicológicos, avaliações de títulos e comprovação de requisitos. Isso ajuda a garantir que o pessoal esteja preparado para o trabalho no cais, contribuindo para a segurança e a qualidade das operações.

Nesse contexto, o papel do Ogmo Santos se destaca ao organizar a mão de obra portuária, promovendo a qualificação e a diplomação dos trabalhadores. O órgão atua como um elo entre a demanda do porto e a oferta de profissionais capacitados, colaborando para a adaptação do setor às mudanças e ao crescimento esperado.

Após uma década sem convenção coletiva, o acordo firmado entre Sindestiva e Sopesp em 2024 permitiu a entrada dos novos trabalhadores, renovando o quadro da Estiva com gente jovem e mais diversa. Essa atualização é necessária para que o Porto de Santos continue competitivo e possa responder às exigências do mercado de forma eficiente.

Além do aspecto da diversidade e da renovação, é importante considerar que o Porto de Santos enfrenta um cenário de crescimento e modernização, com novas demandas que exigem mão de obra preparada para lidar com tecnologias avançadas e processos cada vez mais complexos. A entrada desses novos estivadores, devidamente qualificados, contribui para a adaptação do setor a essas transformações, tornando o trabalho portuário mais eficiente e alinhado às necessidades atuais do comércio global.

A chegada dessa nova turma ao porto sinaliza uma etapa de mudanças, onde tradição e inovação caminham juntas. A presença das mulheres entre os estivadores representa um avanço para a categoria e para o setor portuário, que deve seguir aberto à diversidade e à qualificação para garantir seu desenvolvimento.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 24/06/2025*

NACIONAL - HUB – CURTAS - TRUMP ANUNCIA CESSAR-FOGO ENTRE ISRAEL E IRÃ

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

CESSAR-FOGO

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou nas primeiras horas desta terça-feira (24) que entrou em vigor o cessar-fogo entre Israel e Irã. O acordo passou a valer por volta da 1h da manhã, no horário de Brasília. Segundo Trump, a trégua foi resultado de negociações diretas entre os dois países.

“NÃO VIOLEM”

Em publicação na Truth Social, Trump escreveu: “O cessar-fogo está em vigor. Por favor, não violem! Donald J. Trump, presidente dos Estados Unidos”. Ele já havia antecipado, na segunda-feira (23), que o entendimento entre Israel e Irã entraria em vigor cerca de seis horas após o anúncio oficial.

IMPrensa CONFIRMA

Meios de comunicação de Israel e do Irã confirmaram que o cessar-fogo foi respeitado no horário previsto. A emissora estatal iraniana Press TV informou que o acordo foi alcançado após “quatro ondas de ataques iranianos contra territórios ocupados por Israel”. Em nova declaração, Trump disse que “esta é uma guerra que poderia ter durado anos e destruído todo o Oriente Médio, mas não destruiu e nunca destruirá”.

MISSÃO NA NIGÉRIA

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, embarcou para a Nigéria, onde cumpre agenda voltada à ampliação das parcerias econômicas e institucionais entre os dois países. Em 2024, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 2 bilhões. A missão, organizada pela pasta chefiada por Alckmin, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela ApexBrasil, inclui reuniões com autoridades e empresários. Também integram a comitiva a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e a deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

COOPERAÇÃO

Nesta terça-feira (24), Alckmin participa da 2ª Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria, ao lado do vice-presidente nigeriano Kashim Shettima. Criado em 2013, o mecanismo abrange sete áreas de cooperação, como comércio, energia, defesa, cultura e meio ambiente. Estão previstas assinaturas de acordos em diversos setores. Na quarta-feira (25), Alckmin participa do Fórum Empresarial Brasil-Nigéria com representantes do setor privado dos dois países.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/06/2025

REGIÃO SUL - CONAB DISTRIBUI 4 MIL CESTAS BÁSICAS A FAMÍLIAS AFETADAS POR TEMPORAIS NO RS

Entregas foram feitas em Nova Santa Rita e Porto Alegre; estado contabiliza mortes, desaparecidos e milhares de desalojados

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Desde o início das chuvas no Rio Grande do Sul, 733 pessoas foram resgatadas e 139 animais retirados de áreas de risco. Ao todo, 6.258 pessoas permanecem desalojadas

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) distribuiu 4 mil cestas básicas — o equivalente a 68 toneladas de alimentos da agricultura familiar — a famílias afetadas

pelos temporais no Rio Grande do Sul.

Segundo nota divulgada pela Conab, foi instalada uma sala de situação na região para organizar e executar ações de ajuda humanitária. A iniciativa tem como objetivo integrar esforços do governo federal no atendimento à população atingida.

Cada cesta contém 17 quilos de alimentos, como arroz, feijão, macarrão, farinha de milho e melado.

As primeiras unidades foram entregues ao Centro Humanitário do bairro Caju, em Nova Santa Rita, que acolhe cerca de 50 pessoas e oferece estrutura para preparo de refeições, abrigo de animais e lavanderia. Outra parte das cestas foi destinada à Central de Abastecimento das Cozinhas Solidárias do Estado, criada durante as enchentes de 2024 e instalada na sede do Sindicato dos Aeroviários de Porto Alegre.



A Defesa Civil do Rio Grande do Sul confirmou a quarta morte relacionada às chuvas que atingem o estado. O corpo de um homem de 59 anos, que estava desaparecido, foi encontrado dentro de um veículo submerso no Rio Dourado, em Aratiba. A informação foi confirmada também pela prefeitura e pelo Corpo de Bombeiros Militar.

“As autoridades que estão apurando as circunstâncias do óbito consideram a possibilidade que o veículo tenha sido arrastado na quinta-feira (19), quando tentava cruzar uma ponte”, informou a chefe da Comunicação Social da Defesa Civil estadual, Sabrina Ribas.

Conforme boletim divulgado na manhã de segunda-feira (23), uma pessoa segue desaparecida e 132 municípios já registraram algum tipo de dano em decorrência dos temporais e enchentes. Jaguarí decretou estado de calamidade pública, e outros 21 municípios estão em situação de emergência.

Desde o início das chuvas, 733 pessoas foram resgatadas e 139 animais retirados de áreas de risco. Ao todo, 6.258 pessoas permanecem desalojadas.

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) informa que uma frente fria atua sobre a Região Sul, provocando mais chuvas no norte do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, no sul do Mato Grosso do Sul e na faixa sul de São Paulo.

Até a tarde desta terça-feira (24), há alerta de perigo para ventos costeiros em grande parte do litoral gaúcho, inclusive na região metropolitana de Porto Alegre. A previsão aponta a retomada de temporais no Rio Grande do Sul e no Paraná, com queda nas temperaturas e possibilidade de geada em toda a Região Sul, além de áreas do Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

A expectativa é que a massa de ar frio comece a perder força gradualmente a partir da próxima quarta-feira (25).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/06/2025

REGIÃO NORDESTE - GOVERNO FEDERAL COBRA EXPLICAÇÕES SOBRE INCIDENTE COM AVIÃO EM NORONHA

Ministério de Portos e Anac pedem esclarecimentos a Pernambuco sobre condições da pista e do pátio do aeroporto da ilha

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) solicitaram formalmente ao Governo de Pernambuco esclarecimentos sobre a manutenção da pista e do pátio de aeronaves do Aeroporto de Fernando de Noronha. O pedido foi feito após o incidente registrado no último domingo (22), quando uma aeronave Embraer 195 E2 da Azul Linhas Aéreas afundou parcialmente no asfalto durante o procedimento de pushback, etapa anterior à decolagem.

AS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO TERMINAL ESTÃO SOB RESPONSABILIDADE DO GOVERNO ESTADUAL, QUE TAMBÉM RESPONDE PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MELHORIA NA INFRAESTRUTURA

As obras de requalificação do terminal aéreo estão sob responsabilidade do governo estadual, que também responde pela execução dos serviços de melhoria na infraestrutura do aeroporto. Segundo o Ministério e a Anac, o episódio motivou a solicitação imediata de informações sobre as condições da pista e do pátio. Apesar do ocorrido, a operação do aeroporto não foi comprometida.

O voo AD4719, com destino ao Recife, estava programado para sair por volta das 11h. Após o afundamento do trem de pouso traseiro, os passageiros foram desembarcados em segurança. A aeronave passou por inspeção técnica e foi liberada para voar, decolando às 14h10, de acordo com a Azul Linhas Aéreas.

Em nota, a Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco informou que o incidente não causou danos estruturais à aeronave. A pasta anunciou a realização de reparos emergenciais no local e afirmou que novas obras nas áreas de taxiamento e pátio estão previstas para o segundo semestre deste ano.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/06/2025

REGIÃO SUL - EMPRESA AMERICANA VAI CONSTRUIR FÁBRICA DE COMBUSTÍVEL SUSTENTÁVEL NO PR



Empreendimento liderado pela Satarem America prevê investimentos totais de R\$ 2,3 bilhões

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

Empresa apresentou projeto em reunião com o vice-governador do Paraná, Darci Piana. Foto: Igor Jacinto/Vice-Governadoria do PR

O Governo do Paraná recebeu uma proposta que prevê a construção de uma fábrica de combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês) em Maringá. A viabilidade do empreendimento foi discutida

em reunião realizada neste mês com representantes da Satarem America Inc., empresa norte-americana de engenharia industrial especializada em soluções para os setores de cimento, energia e sustentabilidade. A produção deve começar em 2028.

A viabilidade da fábrica de combustível sustentável foi discutida em reunião realizada neste mês entre representantes do Governo do Paraná e da empresa Satarem America Inc.

O investimento para a nova fábrica é previsto em R\$ 2,3 bilhões (US\$ 425 milhões). Inicialmente, o local vai usar como matéria-prima o etanol.

“É mais uma empresa que vem trazer 800 empregos diretos, outros 2 mil a 3 mil indiretos ao Paraná. E ela produz combustível de aviação, um produto que tende a crescer na medida em que as companhias aéreas têm obrigação mundial de chegar em 2050 zerando as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Para isso, vão precisar usar todo o combustível que a SAF vai fazer em Maringá”, comentou o vice-governador do Paraná, Darci Piana.



A obrigação de zerar as emissões de GEE até meados deste século é um estudo definido a partir do Acordo de Paris. De acordo com a apresentação da Satarem, as empresas aéreas vão precisar usar 71% de SAF para alcançarem a meta internacional.

“Mercado existe. Condições para crescer também existem, é a primeira fábrica, mas já estão falando na construção de uma segunda. Imagine quanto isso ainda vai crescer e ajudar Maringá, toda a região, e o próprio Paraná”, complementou Piana.

Próximos passos

Jerome Friler, CEO da Satarem America, afirmou que foram realizados parte dos estudos técnicos e, o próximo passo, será a finalização da compra do terreno, que fica na divisa entre Maringá e Sarandi. O processo de financiamento e emissão da documentação necessária deve seguir até meados de 2026. A partir daí, a construção da fábrica será imediata.

Pela programação apresentada pela empresa, o primeiro litro de combustível sustentável deve ser produzido em dezembro de 2028.

“Esse projeto é muito importante para nós. É o maior investimento feito pela nossa companhia, nesse momento, na América Latina. Maringá é um ótimo lugar para a produção da SAF, por causa da disponibilidade de etanol, estrutura e um bom acesso a meios de exportação, por rodovia e ferrovia até o Porto de Paranaguá”, afirmou o executivo.

Estratégia

Boa parte da produção nesse primeiro momento no empreendimento será destinada à exportação. No entanto, a intenção da empresa é que uma parcela seja utilizada pela aviação local. Uma segunda planta está nos planos, ampliando a capacidade de produção e, conseqüentemente, também o consumo de matérias-primas da região, como biogás oriundo da atividade pecuária.

Um dos representantes da Satarem no Brasil, Júlio Gabardo, destacou os fatores que levaram a empresa a escolher o Paraná para viabilização do projeto.

“Alguns fatores trouxeram a empresa para cá. Primeiro, a questão da logística adequada, próxima a um porto. Porque esse é um produto inicialmente voltado ao mercado externo. É um combustível que já está sendo negociado antecipadamente, com algumas companhias aéreas, a principal delas é a Ethiopian Air Lines”, analisou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/06/2025

REGIÃO SUL - GEELY VOLTA AO BRASIL COM DESEMBARQUE DE CARROS ELÉTRICOS EM PARANAGUÁ

Veículos chegaram da China por navio Ro-Ro; Paraná também registra forte crescimento nas exportações do setor automobilístico

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Segundo a Portos do Paraná, o píer onde a operação ocorreu é projetado para permitir a atracação perpendicular ao cais e é voltado especialmente para o desembarque de veículos. Foto: Divulgação

O NAVIO SAN MARTIN, VINDO DE XANGAI, TROUXE CENTENAS DE UNIDADES EM UMA OPERAÇÃO QUE MARCA O RETORNO DA GEELY POR MEIO DE PARCERIA

Após nove anos fora do mercado brasileiro, a montadora chinesa Geely voltou a operar no país com o desembarque de veículos elétricos no Porto de Paranaguá, no Paraná. A operação foi realizada no berço 219, estrutura voltada para navios do tipo Ro-Ro (roll-on/roll-off), utilizados para cargas rolantes — como automóveis. O navio San Martin, procedente do Porto de Xangai, trouxe centenas de unidades em uma operação que marca o retorno da marca por meio de parceria com uma montadora já instalada no Brasil.

O píer onde a operação ocorreu é projetado para permitir a atracação perpendicular ao cais, diferente da maioria dos berços convencionais, e é voltado especialmente para esse tipo de carga.

“É uma honra para a Portos do Paraná ser a porta de entrada de veículos de alta tecnologia. Isso demonstra que estamos sempre preparados para atender com eficiência o mercado automobilístico”, afirmou o diretor-presidente da empresa pública, Luiz Fernando Garcia.

Além da retomada das importações, o Paraná também tem se consolidado como um dos principais polos exportadores de automóveis do país. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), compilados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), as exportações de veículos produzidos no estado cresceram 73,7% entre janeiro e maio deste ano, em comparação com o mesmo período de 2024. Em valores, o volume exportado passou de US\$ 172 milhões para US\$ 299 milhões.

O aumento foi impulsionado principalmente pela demanda sul-americana. As vendas para a Argentina cresceram 464% no período, subindo de US\$ 32 milhões para US\$ 182 milhões. Também houve crescimento nas exportações para Colômbia (49%), Uruguai (38%) e Chile (28%).

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 24/06/2025

REGIÃO SUDESTE - OGMO SANTOS FORMA AS PRIMEIRAS MULHERES ESTIVADORAS DO PAÍS

Cerimônia marca renovação da mão de obra no cais e celebra conquista inédita para a inclusão feminina no Porto de Santos

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A diplomação aconteceu a partir de uma negociação de cinco anos entre o Sindestiva e o Sopesp. A convenção coletiva determinou a entrada dos 300 trabalhadores avulsos

O PROCESSO SELETIVO PARA OS NOVOS ESTIVADORES TEVE UMA DURAÇÃO DE OITO MESES E FOI CONDUZIDO PELO IDCAP, COM A PARTICIPAÇÃO DE 6.000 CANDIDATOS. A SELEÇÃO FOI ENCERRADA EM 27 DE MAIO

O Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) de Santos (SP) realizou, na última quarta-feira (18), a diplomação de trezentos novos trabalhadores portuários avulsos da Estiva. A cerimônia aconteceu no Terminal Marítimo de Passageiros de Santos, o Concais. A data marcou um momento histórico, com gosto ainda mais especial para parte da turma formada: treze mulheres fizeram história ao se tornarem as primeiras estivadoras do Porto de Santos, o maior do país.

A Estiva já fazia parte da vida de Stella Oliveira Costa antes mesmo de ela se formar. Na memória, o pai foi estivador desde sempre, e após o falecimento dele, a profissão virou uma forma de homenageá-lo. Na cerimônia, ela carregou o crachá que o pai usava na época em que trabalhava no cais.

“Meu pai é estivador, meu o é estivador, meu primo é estivador... Então pra mim tá sendo uma honra muito grande estar seguindo os passos deles”, afirmou Stella. Ela conta que não sabia que era possível atuar na categoria, e o lançamento do processo seletivo abriu portas para a realização de um sonho.

“Antes da abertura do edital, a gente não sabia que poderia atuar. Foi uma alegria muito grande quando eu vi que poderia estar trabalhando na mesma coisa que meu pai”, reforçou.

A diplomação aconteceu a partir de uma negociação de cinco anos entre o Sindicato dos Estivadores (Sindestiva) e o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp). A convenção coletiva firmada em setembro de 2024 determinou a entrada dos 300 trabalhadores avulsos.



A última convenção coletiva acordada entre as duas partes havia sido feita em 2014. Dez anos depois, o novo pacto entre os sindicatos garantiu a formação dos novos trabalhadores, que foram coroados com a conclusão do processo. “É fruto de uma negociação bem longa. Tivemos alguns períodos de lacuna, mas hoje a gente coroa com muito sucesso esse momento muito importante para o futuro do Porto de Santos”, destacou o presidente do Sopesp, Régis Prunzel.

O processo seletivo para os novos estivadores teve uma duração de oito meses e foi conduzido pelo Instituto de Desenvolvimento e Capacitação (IDCAP), com a participação de 6.000 candidatos. A seleção foi encerrada em 27 de maio, com a conclusão do curso de formação ministrado pelo Centro de Excelência Portuária de Santos (Cenep).

Antes disso, os candidatos passaram por seis etapas: prova objetiva, avaliação de títulos, teste de avaliação física, teste de avaliação psicológica, apresentação de documentos e comprovação de requisitos para exercício da atividade de trabalhador portuário avulso e exame médico.

“Vitória”

O presidente do Sindestiva, Bruno José dos Santos, classificou a entrada dos novos trabalhadores como uma “vitória para toda a categoria”. “Oxigenar o sistema, colocar gente nova. Esses meninos que estão chegando aqui são o futuro da categoria”, salientou.

Outros 300 trabalhadores estão na lista de espera do Ogmo, que devem ser cruciais para o trabalho no cais com o crescimento das atividades projetado no porto. “Nós temos trezentos em lista de espera, que vai depender da demanda do porto, que a gente espera que cresça ao longo do próximo ano. Durante esse período, havendo a necessidade, eles entram nesse sistema”, explicou o diretor-executivo do Ogmo, Evandro Pause.

A inserção das mulheres na categoria de estivadores é símbolo de uma nova realidade, que promete estar cada vez mais presente nos portos brasileiros. “A mulher tem direito de estar em todo lugar. De hoje em diante, não vai faltar isso. Todas as categorias já têm a presença de mulheres, é de suma importância”, ressaltou Bruno José dos Santos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/06/2025

REGIÃO SUDESTE - WILSON SONS INICIA OPERAÇÃO COM ENERGIA 100% RENOVÁVEL NO RJ

Operação é na Base de Apoio Offshore; mudanças vão evitar a emissão de 22 toneladas de CO2 ao ano

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

COMO PARTE DO PROCESSO, A BASE RIO RECEBERÁ, AO FINAL DO ANO, OS CERTIFICADOS I-REC, DOCUMENTO QUE ATESTA QUE A ELETRICIDADE CONSUMIDA ESTÁ VINCULADA À GERAÇÃO POR FONTES LIMPAS. O USO DE IREC É RECONHECIDO INTERNACIONALMENTE PARA A CONTABILIZAÇÃO DE EMISSÕES DE ESCOPO 2

A Wilson Sons passou a operar, no último mês, com energia 100% renovável proveniente, principalmente, da geração eólica e solar, em sua Base Rio de Apoio Offshore, localizada na Baía de Guanabara. A unidade presta suporte logístico a empresas do setor de energia offshore atuantes nas Bacias de Campos e Santos.

A expectativa é que essa transição permita reduzir cerca de 22,7 toneladas de CO2 por ano, referentes às emissões indiretas de Escopo 2 associadas ao consumo de eletricidade, tanto para uso próprio quanto para o fornecimento de energia aos clientes atendidos na base.

Como parte do processo, a Base Rio receberá, ao final do ano, os certificados I-REC (International Renewable Energy Certificate), documento que atesta que a eletricidade consumida está vinculada à geração por fontes limpas. O uso de I-RECs é reconhecido internacionalmente para a contabilização

de emissões de Escopo 2 e reforça o compromisso da companhia com a redução das emissões de gases de efeito estufa e os impactos ambientais.

Atualmente, a eletricidade é utilizada, por exemplo, na iluminação de pátios, escritórios, oficinas mecânicas e áreas de armazenamento de cargas. Clientes, cujas embarcações atracam na Base Rio, também são beneficiados, uma vez que a estrutura já opera com energia proveniente de fontes renováveis, como o fornecimento de energia de terra para as embarcações, substituindo o uso de diesel por uma alternativa mais limpa, contribuindo diretamente para a redução das emissões e a descarbonização das operações.

“A conquista da certificação I-REC no Rio é um reflexo claro do nosso compromisso com a sustentabilidade e com o futuro da energia no setor marítimo e portuário. Estamos orgulhosos de dar este passo pioneiro, que não só reduz as emissões da nossa operação, como também gera valor direto para nossos clientes e para o meio ambiente. Seguimos firmes na nossa jornada de descarbonização, com o olhar voltado para soluções inovadoras e responsáveis em toda a nossa cadeia de atuação”, destaca Mariana Jannuzzi, diretora executiva das Bases de Apoio Offshore da Wilson Sons.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 24/06/2025

REGIÃO SUDESTE - GOVERNO DO ES ARTICULA RETOMADA DA TEMPORADA DE CRUZEIROS

Estado tem projeto de melhorar receptivo das principais embarcações turísticas do mundo
Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O Governo do ES prevê que a retomada dos navios de cruzeiro ao estado tenha um grande impacto econômico, com a perspectiva de que a quantia fique entre R\$ 20 e R\$ 30 milhões. Foto: Divulgação

A Secretaria de Turismo do Espírito Santo realizou uma reunião, no início do mês, com representantes das instituições do setor náutico e turístico, tanto público quanto privado, para alinhar a retomada da temporada de cruzeiros no estado. A expectativa do governo estadual é

receber transatlânticos no final do ano.

Durante a reunião, foram discutidos pontos essenciais para garantir estrutura adequada para recepção dos cruzeiros e excelência na experiência dos turistas. Alguns pontos abordados foram a operacionalização da recepção dos navios, incluindo infraestrutura, trâmites legais e ajustes técnicos, como a implantação do píer flutuante, projeto que depende da aprovação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e da Capitania dos Portos.

De acordo com o secretário de Estado do Turismo, Victor Coelho, a pasta já concluiu os estudos técnicos do projeto e tem atuado de forma integrada com os órgãos responsáveis para que esse projeto saia do papel o quanto antes, consolidando o Espírito Santo como um destino competitivo no turismo marítimo brasileiro.

“Este foi um encontro histórico em que todos os segmentos envolvidos estiveram reunidos para discutir as ações de retomada da temporada de cruzeiros marítimos em nosso Estado. O Governo do Estado está plenamente comprometido e a nossa expectativa é de que, ainda este ano, seja possível ampliar o fluxo de visitantes nacionais e internacionais, movimentando não só o setor turístico, como toda a economia capixaba”, destacou Victor Coelho.

A próxima temporada tem previsão de começar em outubro de 2025 e seguirá até abril de 2026.

O Governo do Estado prevê que a retomada dos navios de cruzeiro ao estado tenha um grande impacto econômico, com a perspectiva de que a quantia fique entre R\$ 20 e R\$ 30 milhões.

O Porto de Vitória, o principal complexo portuário capixaba, já recebeu grandes temporadas de transatlânticos em sua história. O estado recebeu a última escala de navio de cruzeiro em 2022, após três anos sem embarcações.

A reunião contou com a presença de Marco Ferraz, presidente da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (CLIA Brasil), além de representantes da Capitania dos Portos, da Praticagem do Espírito Santo, da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Espírito Santo (Senac-ES), da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Espírito Santo (Fecomércio-ES), de empresas de receptivo turístico e das companhias Costa Cruzeiros e MSC Cruzeiros.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/06/2025

REGIÃO NORDESTE - PORTO PIAUÍ DEVE INICIAR EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO EM 2026

Minério será transportado por embarcações menores até navios de grande porte em alto-mar

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Ainda em 2025, segundo Rafael Fonteles, será instalada no Porto Piauí uma indústria para beneficiamento do pescado da comunidade local, agregando valor à produção regional

O governador Rafael Fonteles afirmou que, até o início de 2026, o Porto Piauí, localizado em Luís Correia, deverá iniciar a exportação de minério de ferro. Ele destacou que a empresa Lion Mining realizou recentemente uma operação-teste, transportando o minério da unidade em Piripiri até o porto, com o objetivo de identificar possíveis problemas logísticos antes do início efetivo das exportações.

Durante entrevista, nesta segunda-feira (23), Rafael explicou que, inicialmente, o minério será colocado em embarcações menores, que o transportarão até navios de grande porte em alto-mar. Essa alternativa será utilizada enquanto o calado do porto não é ampliado, o que atualmente impede a atracação de navios maiores.

“Essa operação permitirá viabilizar a exportação de ferro sem a necessidade imediata de um calado de 14 metros. Hoje, o calado varia entre 7 e 9 metros, dependendo da maré”, afirmou o governador.

Ele explicou ainda que uma dragagem será realizada no canal do porto para alcançar 11 metros de profundidade, o que permitirá a atracação de navios com capacidade de até 50 mil toneladas. Em uma fase posterior, o objetivo é atingir os 14 metros de calado, possibilitando a operação com embarcações de até 100 mil toneladas.

“Esse é um divisor de águas para a economia do Piauí, e estamos muito confiantes de que esse processo vai avançar em etapas cada vez mais rápidas”, ressaltou o chefe do Executivo estadual.

Ainda em 2025, segundo Rafael Fonteles, será instalada no Porto Piauí uma indústria para beneficiamento do pescado da comunidade local, agregando valor à produção regional. Além disso, o porto também será utilizado para a descarga de fertilizantes marítimos.

O Porto Piauí foi inaugurado em dezembro de 2023, após um investimento de R\$ 110 milhões na primeira etapa das obras. A chegada de um navio da Marinha do Brasil à costa de Luís Correia marcou o início das operações em uma estrutura aguardada há décadas pela população.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 24/06/2025



JORNAL DA ORLA - SP

TREZE MULHERES SE TORNAM AS PRIMEIRAS ESTIVADORAS DO PORTO

Da Redação



Divulgação/Ogmo Santos

O Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) de Santos (SP) realizou, na quarta-feira (18), a diplomação de trezentos novos trabalhadores portuários avulsos da Estiva. A cerimônia aconteceu no Terminal Marítimo de Passageiros de Santos, o Concais. A data marcou um momento histórico, com gosto ainda mais especial para parte da turma formada: treze mulheres fizeram história ao se tornarem as primeiras estivadoras do Porto de Santos.

A diplomação foi realizada partir de uma negociação de cinco anos entre o Sindicato dos Estivadores (Sindestiva) e o Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp). A convenção coletiva firmada em setembro de 2024 determinou a entrada dos 300 trabalhadores avulsos.

A inserção das mulheres na categoria de estivadores é símbolo de uma nova realidade, que promete estar cada vez mais presente nos portos brasileiros. “A mulher tem direito de estar em todo lugar. De hoje em diante, não vai faltar isso. Todas as categorias já tem a presença de mulheres, é de suma importância”, ressaltou Bruno José dos Santos, presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão (Sindestiva).

TRADIÇÃO

A Estiva já fazia parte da vida de Stella Oliveira Costa antes mesmo de ela se formar. Na memória, o pai foi estivador desde sempre, e após o falecimento dele, a profissão virou uma forma de homenageá-lo. Na cerimônia, ela carregou o crachá que o pai usava na época em que trabalhava no cais.

“Meu pai é estivador, meu tio é estivador, meu primo é estivador. Então pra mim tá sendo uma honra muito grande estar seguindo os passos deles”, afirmou Stella.

Ela conta que não sabia que era possível atuar na categoria, e o lançamento do processo seletivo abriu portas para a realização de um sonho. “Antes da abertura do edital, a gente não sabia que poderia atuar. Foi uma alegria muito grande quando eu vi que poderia estar trabalhando na mesma coisa que meu pai”, reforçou.

LISTA DE ESPERA

A última convenção coletiva acordada entre as duas partes havia sido feita em 2014. Dez anos depois, o novo pacto entre os sindicatos garantiu a formação dos novos trabalhadores, que foram coroados com a conclusão do processo. “É fruto de uma negociação bem longa. Tivemos alguns períodos de lacuna, mas hoje a gente coroa com muito sucesso esse momento muito importante para o futuro do Porto de Santos”, destacou o presidente do Sopesp, Régis Prunzel.

Outros trezentos trabalhadores estão na lista de espera do Ogmo, que devem ser cruciais para o trabalho no cais com o crescimento das atividades projetado no porto. “Nós temos trezentos em lista de espera, que vai depender da demanda do porto, que a gente espera que cresça ao longo do próximo ano. Durante esse período, havendo a necessidade, eles entram nesse sistema”, explicou o diretor-executivo do Ogmo, Evandro Pause.

Fonte: Jornal da Orla - SP

Data: 24/06/2025

TECON SANTOS 10: COMISSÃO DA CÂMARA APROVA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA *Da Redação*



Divulgação

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados aprovou a realização de uma audiência pública para debater os critérios de legalidade e transparência da licitação do Tecon Santos 10, futuro terminal de contêineres e carga geral do Porto de Santos (SP). Apesar da confirmação da realização da sessão pública, a data ainda não foi definida pela Comissão.

Na última semana, o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, Paulo Alexandre Barbosa (PSDB-SP), autor do requerimento solicitando a sessão pública, disse ao BE News que a audiência deverá acontecer até o início de julho.

“Teremos no Porto de Santos o maior leilão da história recente. É natural que a gente tenha concorrência ampla, transparente, para termos as melhores propostas. Queremos uma boa briga entre as empresas e que vença o melhor. Estamos discutindo uma outorga na casa de bilhões, com um plano de investimentos de mais de R\$ 6 bilhões. Temos que ter todo cuidado com esse leilão. Vamos chamar uma audiência pública na Câmara para discutir essa decisão que parece equivocada, que restringe a competição. Queremos uma competição ampla, para conseguir a melhor proposta”.

A comissão afirmou que quer que participem da audiência pública o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho; o diretor-geral substituto da Antaq, Caio Farias; o diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, lideranças das principais entidades empresariais do setor portuário, como a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP); Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI); o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), além de operadores portuários e armadores.

O documento referente ao projeto encontra-se atualmente sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU), que dará seu parecer final antes da marcação da data do leilão.

PROJETO

O Tecon Santos 10 deve se tornar o maior arrendamento portuário em volume de investimentos já previsto no Brasil. O megaterminal, projetado para aumentar em até 50% a movimentação de contêineres no Porto de Santos, busca atender à crescente demanda do setor. O investimento estimado é de R\$ 6,45 bilhões, com capacidade para movimentar até 3,5 milhões de TEU — unidade padrão equivalente a um contêiner de 20 pés — por ano. O projeto prevê quatro berços de atracação, aptos a receber os maiores navios em operação no mundo, e deve gerar mais de 3 mil empregos diretos, desde a fase de obras até o início das atividades.

Fonte: Jornal da Orla - SP

Data: 24/06/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

BC ADOTA CAUTELA COM INFLAÇÃO FORA DA META E PIB, MAS PREVÊ EFEITO FUTURO DE AUMENTO DE JUROS 'RÁPIDO E FORTE'

BC também fez aceno a recente pacote fiscal, especialmente à ideia de reduzir gastos tributários
Por Thaís Barcellos — Brasília



Nova composição do Copom, com Gabriel Galípolo na presidência do BC — Foto: Divulgação / Banco Central

O Banco Central adotou um tom cauteloso sobre os próximos passos da Taxa Selic na ata do Comitê de Política Monetária (Copom) em meio a preocupações com uma economia que ainda segue resiliente e com a inflação acima da meta de 3%. Por outro lado, afirmou que o ciclo atual foi "rápido e bastante forte", reforçando que grande parte dos impactos de restrição sobre a atividade econômica para segurar a inflação ainda devem

ser sentidos.

Na semana passada, o Copom elevou a taxa Selic de 14,75% para 15% ao ano e sinalizou que deve interromper o ciclo de alta de juros para avaliar se o patamar atual já é suficiente para garantir que a inflação alcance a meta de 3%. Na ata, o BC destacou que é importante que os canais de transmissão de política monetária estejam desobstruídos para ter confiança na definição do patamar apropriado de juros, em alusão à política fiscal. Mas fez um leve aceno ao pacote recente apresentado pelo Ministério da Fazenda, especialmente à ideia de reduzir gastos tributários.

Juros altos por bastante tempo

A mensagem geral do comunicado da semana passada foi reforçada no documento divulgado nesta terça. O BC indicou que deve interromper o ciclo de alta de juros para avaliar se o aumento já realizado até aqui será suficiente para garantir que a inflação alcançará a meta, se mantido por período "bastante prolongado".

A novidade da ata é que o BC explicou que sua decisão de elevar a Selic a 15% deveu-se à análise de que a economia ainda apresenta resiliência, "o que dificulta a convergência da inflação à meta e requer maior aperto monetário". Outro ponto novo é que o BC considera que o ciclo de aumento até aqui foi "rápido e bastante forte", o que explica a decisão de parar a elevação da Selic para avaliar seus efeitos.

"O Comitê optou pela elevação de 0,25 ponto percentual, avaliando que a economia ainda apresenta resiliência, o que dificulta a convergência da inflação à meta e requer maior aperto monetário. Por outro lado, ressaltou-se que o ciclo até então empreendido foi particularmente rápido e bastante firme, reforçando o entendimento de que, dadas as defasagens inerentes aos efeitos da política monetária, grande parte dos impactos da taxa mais contracionista ainda está por vir", disse o BC na ata.



O Copom, no entanto, evitou cravar que o fim do ciclo é definitivo. Segundo o colegiado, "determinada a taxa apropriada de juros, ela deve permanecer em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado devido às expectativas desancoradas".

"O Comitê avalia que, após um ciclo rápido e firme de elevação de juros, antecipa-se, como estratégia de condução de política monetária, interromper o ciclo de alta e observar os efeitos do ciclo empreendido para, então, avaliar se a taxa de juros corrente é apropriada para assegurar a convergência da inflação à meta. Ressaltou-se que, determinada a taxa apropriada de juros, ela deve permanecer em patamar significativamente contracionista por período bastante prolongado devido às expectativas desancoradas."

Com o aumento a 15%, a Selic alcançou o maior nível desde julho de 2006, no que foi considerado pelo mercado financeiro uma demonstração de independência do BC liderado por Gabriel Galípolo em relação ao governo. Foi a sétima alta consecutiva no ciclo iniciado em setembro, a quarta sob a gestão de Galípolo, acumulando um aumento de 4,5 pontos percentuais.

Atualmente, o BC prevê que o IPCA — índice oficial de inflação — deve chegar ao final de 2026, prazo em que trabalha para alcançar a convergência inflacionária, em 3,6%, ainda acima da meta de 3%. No mercado, segundo o Boletim Focus, a projeção é muito maior, de 4,5% — limite superior da meta.

O economista-chefe do ASA e ex-diretor do BC, Fabio Kanczuk, analisa que a ata não deve provocar mudanças significativas nas apostas do mercado financeiro para a Selic.

— O comitê novamente afirmou que seu plano é manter os juros em patamar contracionista por período bastante prolongado devido a desancoragem das expectativas. Acreditamos que, a menos de uma mudança muito brusca de cenário, o Copom não alterará o patamar de juros, que permanecerá em 15% por várias reuniões.

Na avaliação do economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, o Copom indicou que entende que sua estratégia de conduzir um ciclo "rápido e firme" vem funcionando e que agora é o momento de observar os efeitos do processo já realizado, mantendo a política monetária restritiva por um período "bastante prolongado". Megale cita que a sinalização de manutenção por tempo "bastante prolongada" foi repetida cinco vezes na ata.

"Considerando o cenário descrito pelo Comitê, entendemos que a barra para novas altas ficou bastante elevada. Em linhas gerais, a ata se mostrou mais focada em evitar que o mercado passe a precificar cortes de juros do que propriamente em sugerir a possibilidade de novas altas", disse o economista, que prevê a manutenção da Selic até o segundo trimestre de 2026 pelo menos.

Já para o estrategista macro do BTG Pactual Portfolio Solution, Álvaro Frasson, ao falar sobre o impacto futuro do ciclo "rápido e bastante forte", o BC pode iniciar o ciclo de cortes antes de as projeções de inflação convergirem para a meta.

"Com tudo na mesa, acreditamos que barra é muito alta para o BC reabrir um ciclo de alta de juros e que o ciclo de cortes não começará neste ano. Contudo, ao apostar nos efeitos defasados para reancorar as expectativas de inflação o BC deixa a sensação que pode iniciar um ciclo de corte de juros antes das projeções de inflação estarem abaixo da meta de inflação", disse, em relatório.

Aceno ao fiscal

O BC manteve o alerta ainda de que a construção da confiança para definir se o patamar apropriado de aperto dos juros ao longo do tempo "passa por assegurar que os canais de política monetária estejam desobstruídos e sem elementos mitigadores para sua ação", em uma alusão à política fiscal, por exemplo.



Mas, na ata, o BC também fez um leve aceno à discussão fiscal recente, especialmente à ideia de reduzir gastos tributários.

"Uma política fiscal que atue de forma contracíclica e contribua para a redução do prêmio de risco favorece a convergência da inflação à meta. Assim, o debate mais recente, com ênfase na dimensão estrutural do orçamento fiscal e na redução ao longo do tempo de gastos tributários, tem potencial de afetar a percepção sobre a sustentabilidade da dívida e de ter impactos sobre o prêmio da curva de juros."

Incerteza tarifária e geopolítica no mundo

A ata também trouxe novidades em relação à avaliação do BC sobre o cenário externo. Para o BC, o ambiente internacional segue adverso e particularmente incerto. Se, por um lado, o Copom observou uma melhora no ambiente devido à reversão parcial de algumas tarifas de importação impostas pelos Estados Unidos, ainda há falta de previsibilidade e volatilidade.

Além disso, o aumento da tensão no Oriente Médio e suas consequências sobre o preço do petróleo "adicionam incerteza sobre o cenário externo prospectivo".

"Ainda é cedo para concluir qual será a magnitude do impacto sobre a economia doméstica, que, por um lado, parece menos afetada pelas recentes tarifas do que outros países, mas, por outro lado, é impactada por um cenário global adverso."

Sinais mistos da atividade no Brasil

Em relação à atividade econômica doméstica, o BC disse que a situação segue marcada por "sinais mistos" em relação à desaceleração, mas que se observa "certa moderação de crescimento", que ocorre de forma gradual.

Um ponto importante levantado pelo Copom é que o consumo das famílias voltou a crescer no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre após uma queda na divulgação relativa ao fim do ano passado, o que, em tese, é um indicativo de pressão sobre a inflação. Além disso, houve expansão do investimento.

"No consumo, a resiliência pode estar relacionada ao próprio dinamismo do mercado de trabalho, que mantém a renda em ritmo de crescimento elevado, e o mercado de crédito, que tem apresentado inflexão, mas ainda está dinâmico. Para os dados mais recentes de atividade econômica, o processo de moderação de crescimento segue ocorrendo, embora de forma bastante gradual."

Sobre o mercado de trabalho, o BC também considerou que os dados mais recentes corroboram a interpretação de um mercado de trabalho dinâmico com expressiva geração de empregos formais e redução da taxa de desemprego.

O BC reforçou, no entanto, que espera inflexão no mercado de trabalho e maior desaceleração da atividade econômica nos próximos trimestres como efeito das "defasagens inerentes aos mecanismos de transmissão da política monetária"

Inflação pressionada

No que se refere à inflação, o Copom reconheceu as surpresas baixistas nos indicadores mais recentes, especialmente em bens industriais e alimentos, mas afirmou que o cenário segue adverso. O BC destacou que os preços de serviços, que são mais difíceis de ceder, seguem acima do nível compatível com a meta de inflação, em um contexto de economia sobreaquecida.

Além disso, considerou que os núcleos de inflação, que sinalizam a tendência futura, "têm se mantido acima do valor compatível com o atingimento da meta há meses, corroborando a

interpretação de uma inflação pressionada pela demanda e que requer uma política monetária contracionista por um período bastante prolongado".

O comitê também fez uma análise dura sobre as expectativas de inflação e minimizou a redução recente nas projeções de mercado para prazos mais curtos.

"As expectativas de inflação, medidas por diferentes instrumentos e obtidas de diferentes grupos de agentes, mantiveram-se acima da meta de inflação em todos os horizontes, tornando o cenário de inflação mais adverso."

O BC ainda repetiu que há desconforto de todos os membros do Copom com o distanciamento das expectativas da meta, que deve ser combatido. O colegiado reafirmou que esse contexto exige uma "restrição monetária maior e por mais tempo do que outrora seria apropriado".

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/06/2025

GOVERNO DEVE APROVAR AUMENTO DA MISTURA DO ETANOL PARA GASOLINA PARA 30%

Estudos divulgados pelo Ministério de Minas e Energia indicam que preço do combustível pode diminuir com mudança

Por Bernardo Lima — Brasília



Redução do preço da gasolina pela Petrobras vai ajudar no controle da inflação — Foto: Hermes de Paula

O órgão do governo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) deve aprovar nesta quarta-feira o aumento da mistura do etanol na gasolina para 30%. Hoje, esse percentual é de 27,5%.

O Conselho é presidido pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e serve como órgão de assessoramento à Presidência na formulação de políticas sobre o setor de

energia. O colegiado é composto por diversos ministérios.

"As medidas, que serão analisadas pelo colegiado, ampliam o uso de combustíveis renováveis produzidos no Brasil, além de contribuir para a redução de emissões e para o desenvolvimento econômico nacional. As novas regras também reduzem a dependência brasileira em combustíveis fósseis, diminuindo a necessidade de importações em um momento de incertezas no mercado global", afirma o Ministério de Minas e Energia em nota.

Testes conduzidos pelo Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) divulgados em março, segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), comprovaram a viabilidade técnica do novo combustível.

A estimativa é de haja uma redução de até R\$ 0,13 por litro da gasolina, impacto que também irá contribuir para o controle da inflação, de acordo com o ministro Alexandre Silveira.

A transição da mistura de 27,5% para 30% deve evitar a importação de 760 milhões de litros de gasolina por ano, de acordo com o governo. Isso representará um aumento de 1,5 bilhão de litros na demanda por etanol e um investimento estimado em R\$ 9 bilhões no setor.

A legislação permite ampliar o limite de etanol na gasolina para até 35%, desde que comprovada a viabilidade técnica. Os testes do IMT foram acompanhados por entidades do setor automotivo, como Anfavea, Sindipeças, Abraciclo e Abeifa.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/06/2025

NAVIO CARREGADO DE CARROS ELÉTRICOS AFUNDA NO OCEANO PACÍFICO APÓS PEGAR FOGO

Embarcação, que transportava cerca de 3.000 veículos, dos quais aproximadamente 800 eram elétricos, afundou em uma área com cerca de 5 mil metros de profundidade

Por Bloomberg



O navio cargueiro Morning Midas em um porto no México, em abril — Foto: Getty Images via Bloomberg

O navio Morning Midas, que pegou fogo no Oceano Pacífico no início deste mês, afundou. A embarcação foi abandonada no meio do Oceano Pacífico — a cerca de 580 quilômetros da costa — após um incêndio. Ela transportava cerca de 3 mil veículos, dos quais aproximadamente 800 eram elétricos.

Os danos causados pelo incêndio foram agravados por condições climáticas severas, o que fez com que o navio começasse a embarcar água e, por fim, afundasse na segunda-feira, dia 23, informou a empresa gestora da embarcação, Zodiac Maritime, em comunicado divulgado nesta terça-feira.

Segundo a Zodiac, quando o incidente ocorreu, foi inicialmente observado fumaça saindo de um dos convéses que transportava veículos elétricos. Imediatamente, a tripulação iniciou os procedimentos de combate ao incêndio, mas as chamas não puderam ser controladas, acrescentou a empresa. A Guarda Costeira dos Estados Unidos retirou todos os 22 tripulantes da embarcação, transferindo-os para um navio mercante próximo.

A grande distância do navio em relação à costa — ele afundou em uma área do oceano com cerca de 5 mil metros de profundidade — também dificultou uma resposta rápida. O segundo de três navios especializados que estavam programados para prestar assistência só chegou ao local em 15 de junho, mais de uma semana após o início do incêndio.

O navio transportava carros de diversas montadoras, incluindo Chery Automobile e Great Wall Motor, com destino ao México, segundo pessoas familiarizadas com o assunto.

O navio partiu do porto chinês de Yantai em 26 de maio, segundo dados de rastreamento de embarcações compilados pela Bloomberg. Antes disso, fez escala em outros dois portos do país: Nansha, no Sul, e Xangai.

Novo risco para indústria de transporte marítimo

A demanda por baterias de íons de lítio, inclusive em EVs, está trazendo um novo risco para a indústria global de transporte marítimo, especialmente considerando o valor dos veículos a bordo dos maiores navios transportadores de automóveis, segundo um relatório divulgado no mês passado pela gigante de seguros Allianz.

Embora esses navios transportem milhares de veículos de uma só vez pelos oceanos do mundo, alguns incêndios significativos despertaram preocupações sobre esse tipo de transporte. Esses incidentes podem ter grandes repercussões para montadoras, proprietários de navios e empresas de seguros.

Incêndios envolvendo veículos elétricos costumam ser mais difíceis de apagar e mais perigosos de combater. As condições de um navio cargueiro lotado de carros oferecem ventilação limitada, o que

pode intensificar rapidamente o calor. O ambiente confinado e revestido de aço torna a supressão do fogo e os resgates significativamente mais perigosos.

Além disso, quando um veículo elétrico pega fogo, o incêndio dura mais tempo e atinge temperaturas mais altas. As chamas podem acabar se espalhando rapidamente por meio de reações em cadeia e saírem do controle, em um processo conhecido como fuga térmica (thermal runaway). Incêndios em veículos elétricos podem exigir até 30 mil litros de água para resfriar as baterias de íons de lítio.

Em 2022, um navio transportando cerca de 4 mil veículos pegou fogo no Atlântico e acabou afundando, apesar dos esforços para rebocá-lo até um local seguro. Um ano depois, outro navio com quase 3 mil carros a bordo pegou fogo próximo à costa holandesa.

Os proprietários de navios têm tomado medidas para tentar gerenciar os riscos de segurança envolvidos no transporte de veículos elétricos. No ano passado, um importante grupo de segurança publicou diretrizes sobre como lidar com incêndios a bordo dessas embarcações.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 24/06/2025

ATA DO COPOM TRAZ BOAS NOTÍCIAS, MAS MOSTRA RISCOS AINDA ALTOS PARA INFLAÇÃO, REFORÇADOS PELO CONFLITO NO ORIENTE MÉDIO

Por Luciana Casemiro



Sede do Banco Central do Brasil, em Brasília — Foto: Gustavo Minas / Bloomberg

O cenário desenhado na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na manhã desta terça-feira pelo Banco Central, mostra que há sinais mais claros de moderação no crescimento da economia brasileira. No último documento, falava-se em sinais incipientes. A autoridade monetária pontua ainda que houve surpresas positivas com a inflação de curto prazo, principalmente no que se refere aos alimentos, e afirma que as discussões sobre a estrutura do

orçamento fiscal e as reduções nos gastos tributários podem influenciar a curva de juros. O BC também vê melhora no cenário internacional com a reversão das tarifas de importação implementadas pelo governo americano. Essas são as boas notícias.

No entanto, a inflação que continua longe do centro da meta, as expectativas para o IPCA em 18 meses ainda não mostram convergência, isso somado ao aumento de incertezas globais com o conflito geopolítico no Oriente Médio, que pode elevar o preço do petróleo e aumentar a pressão sobre a taxa, reforçou a visão de cautela e explica o aumento da Selic na última semana de 14,75% para 15%, o maior patamar desde 2006.

O Banco Central vê uma inflação pressionada pela demanda, o que requer uma política monetária contracionista por um "período bastante prolongado". A expressão, aliás, é repetida seis vezes ao longo dos 24 parágrafos da ata, o que reforça a estratégia da autoridade monetária, avalia o economista Luis Otávio Leal, da G5 Partners. O comitê enfatiza que seguirá vigilante, "que os passos futuros da política monetária poderão ser ajustados e que não hesitará em prosseguir no ciclo de ajuste caso julgue apropriado."

- Quando o Banco Central fala na ata de avaliar se o nível atual de juros é apropriado ou não, ele está querendo dizer que vai observar se essa taxa vai garantir uma inflexão da inflação de um modo mais significativo ao longo dos próximos trimestres. Caso a inflação não ceda na velocidade esperada ou se estabilize, aí sim eles deixam a porta aberta para voltar com ajustes, com apertos de



política monetária para garantir que essa convergência aconteça - explica Carlos Lopes, economista do banco BV.

Leal, da G5 Partners, pondera que a ata destaca a expectativa de efeitos aprofundados à frente por conta das defasagens do impacto da alta de juros na economia. E cita o trecho do texto em que o Copom destaca que o ajuste "foi particularmente rápido e bastante firme", e que espera o efeito dessa política monetária contracionista.

A estratégia de uma política contracionista por período prolongado não significa exatamente manter a taxa de juros em 15% por prazo indeterminado, explica Sergio Vale, economista da MB Associados. Ele afirma que há uma expectativa de desinflação contínua e surpresas positivas, especialmente na inflação de alimentos, como já relatada nesta ata, no segundo semestre, pode ser um elemento que ajude o BC a pensar em começar a baixar a taxa de juros.

- Ainda há uma indefinição quando isso exatamente aconteceria e há toda a preocupação de 2026 por ser um ano eleitoral, o BC não terá muito espaço para quedas muito fortes de juros. Tem uma janela aí no final deste ano, começo do ano que vem, para alguma queda moderada. Caso a Selic caia para 14%, que é a nossa expectativa, ela vai continuar ainda bastante contracionista em relação à inflação que a gente tem agora. Então, quando a ata fala de ficar bastante contracionista durante bastante tempo, não significa ficar em 15% a perder de vista. Mas tem um cenário aí de uma queda moderada que a gente pode ver acontecer no final deste ano, começo do ano que vem- avalia o economista da MB Associados.

A expectativa de Leal é de que os juros comecem a ser reduzidos na primeira reunião de 2026, fechando o ano que vem em 12,50%. O economista afirma se fosse colocar um viés na sua projeção, seria de possibilidade antecipação do corte da Selic.

Vale ressaltar que ao tratar da economia doméstica, a ata cita que há sinais mistos em relação a desaceleração. E pontua que crescimento no primeiro semestre foi puxado pelo agro, com moderação nos demais setores, destacando que a resiliência do mercado de trabalho que está mantendo o consumo em patamar elevado. O Copom chama atenção ainda para a desaceleração dos rendimentos e avalia que o reflexo no mercado de trabalho da política monetária aparecerá ao longo do tempo.

A ata destaca ainda o recuo da concessão de crédito, o aumento do endividamento das famílias e ressalta que no último período que tem havido mais pagamento do que contratação de crédito.

A abordagem da questão fiscal sobre os juros ficou restrita ao 11º parágrafo da ata, quando o Copom avalia "que esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade."

Fonte: O Globo - RJ
Data: 24/06/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

AUMENTO DE IOF E OUTROS IMPOSTOS: O QUE ESTÁ VALENDO, O QUE FOI REVOGADO E O QUE AINDA VAI VALER?

Governo Lula já publicou três decretos e uma MP com medidas de arrecadação; veja as principais propostas após o vaivém

Por Redação

BRASÍLIA – O impasse em torno do aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – com forte entre Executivo, Legislativo e setor privado – rendeu, em menos de um mês, três decretos diferentes do governo Lula, num vaivém de medidas.

O primeiro decreto foi publicado no dia 22 de maio, quando o governo elevou a alíquota sobre o IOF de empresas, previdência privada e operações de câmbio. Após pressão do setor financeiro, no mesmo dia, o governo voltou atrás e desistiu da tributação de aplicações de fundos brasileiros no exterior, publicando um novo decreto.



Decreto do IOF vem sendo marcado por embates entre o governo e o Congresso. Foto: Wilton Junior/Estadão

Após fortes críticas do Congresso e do setor privado, no dia 11 de junho, o governo anunciou um terceiro decreto com mais recuos no IOF e uma medida provisória (MP) com propostas alternativas de compensação.

As medidas referentes ao IOF, publicadas em decreto, já estão em vigor. Veja, a seguir, o que já está valendo,

o que ainda vai valer e o que já foi revogado nos decretos e na MP em relação ao aumento de impostos:

Operações de câmbio para pessoas físicas

A determinação do primeiro decreto segue valendo. O governo decidiu interromper a decisão de 2022 que reduziria progressivamente o IOF sobre cartões de crédito e débito no exterior até zerar em 2029 – neste ano, a alíquota estava em 3,38%. Ela subiu para 3,5% tanto para cartões de crédito quanto de débito e ficará congelada nesse patamar, sem a redução progressiva.

Já a alíquota sobre a compra de moeda estrangeira passou de 1,1% para 3,5%.

Crédito para empresas

No terceiro decreto, o governo recuou em relação à cobrança do IOF sobre empresas. A alíquota fixa, que havia subido para 0,95%, retornou para 0,38%.

Simples e MEI

Nas empresas enquadradas no Simples Nacional – ou seja, aquelas que têm um faturamento máximo de R\$ 4,8 milhões –, a alíquota diária em operações até R\$ 30 mil passou de 0,00137% para 0,00274%. A alíquota máxima subiu de 0,88% para 1,38% ao ano.

Já os microempreendedores individuais (MEIs) passaram a ter a mesma alíquota diária aplicável à Microempresa e empresa de pequeno porte em operações de crédito de até R\$ 30 mil, com alíquota máxima de 1,38% ao ano.

Previdência privada

Para a cobrança nos aportes em planos de previdência privada do tipo VGBL, foi criada uma regra de transição. A partir de 2026, aportes de até R\$ 600 mil por ano feitos por pessoa física estarão isentos de IOF. Acima desse valor, incidirá uma alíquota de 5% sobre o excedente, considerando a soma de todos os planos do titular, mesmo que em seguradoras diferentes.

Para 2025, o limite de isenção será de R\$ 300 mil, mas apenas para aportes realizados em uma mesma seguradora, entre 11 de junho e 31 de dezembro. Acima disso, aplica-se a mesma alíquota de 5% sobre o valor excedente.

Fundos de investimento brasileiros no exterior



A cobrança de IOF sobre a transferência de recursos de fundos de investimento brasileiros no exterior motivou o primeiro recuo do governo. Pelo decreto inicial, essas operações seriam cobradas em 3,5%. O governo, então, voltou atrás e zerou a cobrança de IOF sobre essas remessas.

No caso das pessoas físicas, as transferências para contas no exterior destinadas a investimento, que seriam cobradas em 3,5% pelo primeiro decreto, no segundo, voltaram para 1,1%, como anteriormente.

Risco sacado

O governo havia estabelecido alíquota fixa de 0,95% sobre o chamado “risco sacado”. Após forte pressão do setor bancário, zerou a fixa e manteve somente a diária, de 0,0082%.

O risco sacado é uma espécie de adiantamento que os bancos concedem a fornecedores de insumos para grandes empresas, e que têm essas grandes empresas como garantidoras da operação. Os fornecedores vendem produtos para “empresas âncoras”, mas recebem os recursos adiantados dos bancos, com incidência de juros.

IR sobre aplicações financeiras

A medida provisória (MP) com propostas alternativas de compensação aos recuos do IOF uniformiza em 17,5% as alíquotas de Imposto de Renda para aplicações financeiras em geral, como títulos públicos e CDBs – à exceção das incentivadas, como LCI e LCA (leia abaixo).

A medida, que só passa a valer em 2026, acaba com o escalonamento do IR por prazo, entre 22,5% (até 6 meses de aplicação) e 15% (mais de dois anos).

IR sobre LCI e LCA

Pela MP, títulos incentivados, que até então eram isentos, passarão a ser tributados em 5%. A medida só será aplicada a partir de 2026, para os títulos que forem lançados desta data em diante. Todos os títulos já emitidos vão manter a isenção, inclusive se negociados no mercado secundário. A proposta afeta LCIs, LCAs, CRIs, CRAs, debêntures incentivadas, entre outros.

Tributação de bets

Pela MP, o governo elevou de 12% para 18% a alíquota sobre a receita das plataformas de apostas online, as bets - retomando, então, a proposta original da Fazenda, quando a regulamentação do setor foi encaminhada ao Congresso.

CSLL e JCP

A Contribuição sobre Lucro Líquido (CSLL) passará a ter duas alíquotas: de 15% e 20%. A faixa de 9% deixa de existir e, com isso, aquelas empresas atualmente tributadas nesse patamar subirão para a faixa dos 15%. Essa medida afeta apenas instituições financeiras, como as fintechs.

Já a alíquota dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), um tipo de remuneração pago pelas empresas a seus acionistas, passa de 15% para 20%.

Corte de benefícios tributários

O governo anunciou que pretende fazer um corte linear de 10% dos benefícios tributários para empresas, que colocaria na mira programas de isenções para exportadores agrícolas, assistência médica e odontológica paga por companhias a funcionários, além de remédios e financiamento habitacionais, como mostrou o Estadão.

A medida, no entanto, ainda não foi enviada. Na última quarta-feira, 18, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse em entrevista à CNN que a pasta está trabalhando com o Congresso para apresentar uma proposta de revisão de benefícios fiscais na próxima semana.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/06/2025

FUNDO SOCIAL DO PRÉ-SAL PODERÁ SER USADO NO MCMV E PAC; PROGRAMA QUE ISENTA CONTA DE LUZ É DÚVIDA

Relatório do deputado José Priante (MDB-PA) trava recursos para educação e saúde em 55% e estabelece distribuição regional para moradia popular; inclusão de tarifa social de energia é alvo de resistência no Congresso

Por Mariana Carneiro

BRASÍLIA - O deputado federal José Priante (MDB-PA) deverá apresentar relatório nesta terça-feira, 24, autorizando que o governo use recursos do Fundo Social do petróleo para despesas no Minha Casa, Minha Vida e no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A ampliação do uso do fundo do pré-sal foi proposta em medida provisória editada pelo governo em março, mas que precisa do aval do Congresso para seguir valendo.

Apesar da mobilização dos auxiliares do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nos últimos dias, o relatório não contempla a expansão do Tarifa Social, o programa social do governo que deverá isentar a população de baixa renda do pagamento das contas de luz.

A inclusão do Tarifa Social no texto da MP do fundo do petróleo é uma tentativa de acelerar o programa, considerado uma das vitrines para melhorar a popularidade do governo Lula até a eleição de 2026. O governo estima que o programa pode atender a 60 milhões de pessoas de baixa renda que integram o Cadastro Único de transferências sociais do governo.

O benefício consta de outra medida provisória, a de reforma do setor elétrico, lançada em maio, e que enfrenta resistência e lobby no Congresso e, por isso, terá uma tramitação mais difícil.

O embarque do Tarifa Social na MP do fundo do petróleo estava nos planos do governo e também da cúpula do Congresso até a semana passada, mas os ânimos se alteraram em meio à piora nas relações entre parlamentares e governo com o baixo pagamento de emendas parlamentares e a insatisfação com a taxaço do IOF.

Segundo apurou o Estadão, no atual momento, nem o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) nem o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), desejam acelerar o Tarifa Social.

Dessa forma, a MP do fundo social do petróleo deverá seguir com os temas originais.

O relatório autoriza a ampliação do uso do fundo social para moradia popular e infraestrutural social, como deseja o governo. Mas José Priante decidiu ampliar de 50% para 55% a exigência para que a totalidade dos recursos do fundo fiquem em saúde e educação.

O deputado também definiu que os recursos destinados ao Minha Casa, Minha Vida — em 2025, serão R\$ 15 bilhões — deverão ser divididos da seguinte forma: 30% para o Nordeste, 15% para o Norte e 10% para o Centro-Oeste. O argumento é a contribuição do fundo social para a redução das desigualdades regionais, exigindo que parcelas sejam destinadas a essas regiões.

O assunto, no entanto, deve enfrentar resistência do governo, que defende o uso do Minha Casa, Minha Vida prioritariamente nas regiões Sul e Sudeste, sob a alegação de que o déficit habitacional é maior nessa regiões.

Quem comanda o fundo?

O governo propôs, quando editou a medida provisória, que a administração do fundo seja limitada a três ministérios, Casa Civil, Fazenda e Cidades, ainda que a ampliação das competências do fundo social possa abarcar mais ministérios da Esplanada.

A composição desagradou parte do Congresso e o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), chegou a apresentar uma emenda para alterar o texto e incluir representantes da Câmara e do Senado no conselho.

Até o momento, Priante tende a acatar a medida como sugerida pelo governo, uma vez que mudanças foram tidas como passíveis de inconstitucionalidade por técnicos de assuntos parlamentares.

O Fundo Social do Pré-Sal foi criado em 2010, no governo Lula 2, e é abastecido com os royalties da produção do petróleo. O objetivo era criar uma poupança de longo prazo, tendo em vista o fim das reservas de petróleo no futuro. Na MP, o governo afirma que as necessidades se alteraram e defende que os recursos sejam usados em ações para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/06/2025

OPINIÃO - ATA DO COPOM MOSTRA QUE, SEM AJUSTE FISCAL, LULA NÃO TERÁ JUROS BAIXOS ATÉ AS ELEIÇÕES DE 2026

Banco Central indica Selic elevada por período prolongado e alerta é para o risco de novo ciclo de alta

Por Alvaro Gribel

Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o PT esperam cortes de juros para alavancar a economia com a proximidade das eleições de 2026, o recado dado pelo Banco Central nesta terça-feira vai exatamente na direção contrária. Em uma mostra de independência em relação ao Poder Executivo, o BC comandado por Gabriel Galípolo reafirmou na Ata do Copom que a Selic permanecerá em 15% por um período “bastante prolongado” e que “não hesitará” em subir os juros se isso for necessário.

A decisão ignora as pressões políticas (ainda muito menores do que as sofridas por Campos Neto, é verdade), e segue critérios absolutamente técnicos. É que o BC enxerga que o cenário para a inflação é desafiador em “diversas dimensões”. Com um diagnóstico desse tipo, é impensável falar em cortes de juros, como desejam diversos integrantes do Palácio do Planalto e da equipe econômica.



Em uma mostra de independência em relação ao Poder Executivo, o BC comandado por Gabriel Galípolo reafirmou na Ata do Copom que a Selic permanecerá em 15% por período longo Foto: WILTON JUNIOR

“O cenário segue sendo marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho”, diz o Banco Central, que também deu bastante ênfase às incertezas externas, com as tarifas de Donald Trump e o conflito que se agrava no Oriente Médio.

O BC pediu, mais uma vez, que as políticas fiscal e monetária sejam “harmoniosas”, o que significa que, na visão dos diretores do Banco Central, o controle de gastos pelo governo ainda é insuficiente. No curto prazo, o BC diz que a política fiscal dá “estímulo à demanda agregada”, ou seja, estimula o crescimento, no médio prazo, aumenta os prêmios de risco (leia-se dólar e juros) pelo avanço das incertezas.

Apesar disso, viu com bons olhos as discussões sobre cortes tributários e os debates sobre novas reduções de gastos primários, após as idas e vindas criadas pela Fazenda, como o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

“O debate mais recente, com ênfase na dimensão estrutural do orçamento fiscal e na redução ao longo do tempo de gastos tributários, tem potencial de afetar a percepção sobre a sustentabilidade da dívida e de ter impactos sobre o prêmio da curva de juros”, diz o Banco Central.

Os cenários precificados pelo mercado, após a decisão da última quarta-feira, agora sugerem que a Selic ficará parada em 15% até o primeiro trimestre de 2026. Esse é o tempo que o governo federal terá para dar alguma solução para a incerteza fiscal, e ajudar no controle das expectativas.

Se essa agenda falhar, ainda que o BC comece a cortar juros no início de 2026, os seus efeitos sobre a economia real e a dinâmica eleitoral de outubro serão praticamente nulos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/06/2025

TRÉGUA DO JURO SERIA MAIS ANIMADORA SE LULA COLABORASSE COM MENOR GASTO FEDERAL

Se o presidente se dispuser a facilitar o trabalho de seu ministro da Fazenda, no ano anterior ao das eleições, o noticiário poderá ser tão positivo quanto o de um cessar-fogo no Oriente Médio

Por Rolf Kuntz

Trégua pode ser uma palavra muito otimista, mas por alguns meses o Banco Central (BC) deverá evitar nova alta de juros, enquanto avalia os efeitos da recente elevação da taxa básica para 15%. Essa quase promessa foi registrada na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada nos dias 17 e 18 de junho.

Publicada na terça-feira, 24, essa ata aponta riscos inflacionários consideráveis associados tanto à instabilidade internacional quanto a desajustes internos. Se o documento fosse ilustrado, poderia apresentar com destaque imagens do presidente americano Donald Trump, do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto menciona o “conflito geopolítico no Oriente Médio” e seus possíveis efeitos no mercado de petróleo, a incerteza sobre as contas públicas nos Estados Unidos e os desajustes e riscos da economia brasileira, com destaque para o excesso de gastos públicos e a incerteza quanto à evolução da dívida federal.



Haddad talvez consiga anunciar expectativas de crescimento mais parecidas com as de outros emergentes, se o presidente Lula colaborar, com corte de gastos Foto: Wilton Junior/Estadão

Na noite anterior à publicação da ata, houve forte reação iraniana aos ataques de Israel, bombardeio de instalações nucleares do Irã por aviões dos Estados Unidos e nova oferta americana de mediação diplomática.

O anúncio de cessar-fogo no Oriente Médio foi a grande notícia internacional no amanhecer de terça-feira. No Brasil, o mercado e os cidadãos mais atentos aos dados econômicos puderam conhecer, pela ata do Copom, um novo resumo da insegurança econômica nacional e global.

Um dia antes o boletim Focus havia divulgado as medianas das novas projeções do mercado para a inflação oficial (5,24%), o crescimento econômico (2,21%), o câmbio (R\$ 5,72) e a taxa básica de juros, a Selic (15%).

As estimativas de inflação declinaram durante quatro semanas, e as do Produto Interno Bruto (PIB) subiram ao longo de três, num mercado bastante otimista para nem se abalar com a alta de juros.

Esse otimismo ainda foi insuficiente, no entanto, para baixar a inflação estimada até 4,5%, teto da meta, e para situar o crescimento esperado acima da faixa de 2% a 2,5%.

Se o presidente Lula colaborar, talvez o BC possa desenhar cenários mais animadores e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, consiga anunciar expectativas de crescimento mais parecidas com as de outros emergentes.

Se o presidente se dispuser a gastar menos e a facilitar o trabalho de seu ministro da Fazenda, no ano anterior ao das eleições, o noticiário econômico brasileiro poderá ser tão positivo quanto o de um cessar-fogo no Oriente Médio.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 24/06/2025

Valor

Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

ANÁLISE: BRASIL IGNORA SUA AUTORIDADE NUCLEAR ENQUANTO O MUNDO ACELERA RETOMADA ATÔMICA

Paralisia nessa área se torna ainda mais sensível diante do atual contexto internacional de tensões geopolíticas envolvendo tecnologia nuclear

Por Robson Rodrigues, Valor — São Paulo



Especialista diz que Angra 3 pode sair do papel, impulsionada pelo calendário eleitoral — Foto: Eletrobras/Divulgação

Quase quatro anos após a promulgação da lei nº 14.222/2021, a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN) ainda não foi estruturada para exercer plenamente suas funções. Prevista para atuar de forma autônoma na regulação da segurança nuclear, proteção radiológica e implementação dos compromissos

internacionais assumidos pelo Brasil, a ANSN permanece sem diretoria colegiada e sem capacidade institucional para operar.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) indicou Alessandro Facure para assumir a presidência da ANSN. Lula também encaminhou ao Senado nomes para outras 17 agências reguladoras. As nomeações, porém, seguem pendentes de sabatina e aprovação. A demora no processo tem sido atribuída à atuação do senador Davi Alcolumbre (União-AP), que tenta negociar cargos com aliados políticos antes de liberar as votações. Procurado, Facure não quis comentar.

Retomada das obras de Angra 3

Esse apagão institucional já tem efeitos concretos. O Brasil está prestes a decidir sobre a retomada das obras de Angra 3. Outros projetos estratégicos – como o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), o laboratório de propulsão nuclear da Marinha (LABGENE) e o complexo minero-industrial de Santa Quitéria – dependem de uma autoridade técnica para avançar com credibilidade.

A paralisia se torna ainda mais sensível diante do atual contexto internacional de tensões geopolíticas envolvendo tecnologia nuclear. O mundo já discute pequenos reatores nucleares (SMRs), além do fato de que as metas climáticas globais recolocaram a energia nuclear no centro do debate sobre a matriz elétrica do futuro.



Sexta maior reserva de urânio do mundo

O Brasil, detentor da sexta maior reserva de urânio do mundo e com potencial de crescimento no setor, permanece travado por disputas políticas que se estendem por todas as agências reguladoras. Na avaliação do professor Nivalde Castro, a falta de estruturação da autoridade nuclear é só mais um exemplo que reflete um desequilíbrio mais amplo na articulação institucional entre os poderes Executivo e Legislativo.

“Um governo de coalizão com tantos infiéis como aliados não tem capacidade de protagonismo na política energética brasileira. Não consegue aprovar vetos, não indica nomes para agências reguladoras, e o Congresso, que faz a política energética, está destruindo o setor”, avalia o professor, integrante do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da UFRJ.

Calendário eleitoral

Castro acredita que Angra 3 deve sair do papel, impulsionada pelo calendário eleitoral, já que grandes obras costumam gerar capital político. Por outro lado, ele avalia que não há uma rota tecnológica para pequenos reatores e isso não deve ser uma questão para o Brasil neste momento.

“Certamente o Congresso vai indicar para as agências nomes comprometidos com os interesses econômicos que esses políticos têm e que estão destruindo o equilíbrio do setor elétrico brasileiro”, avalia o acadêmico.

O diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, tem sido enfático: “A energia atômica não emite carbono e é parte da solução”. Países europeus reavaliam usinas, os Estados Unidos subsidiam novas tecnologias e até nações historicamente contrárias a este tipo de geração de energia, como a Alemanha, admitem rever suas posturas.

Conflito entre Israel e Irã

A escalada do conflito entre Israel e Irã reacendeu preocupações internacionais sobre riscos de uso militar da tecnologia atômica em zonas conflagradas. As Nações Unidas e a AIEA destacaram a importância dos regimes de salvaguardas (mecanismos internacionais para garantir o uso exclusivamente pacífico de material e tecnologia nuclear) como instrumentos essenciais para preservar a estabilidade internacional.

O Brasil é signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) desde 1998. Cumprir suas obrigações passa não apenas pelo uso restrito da tecnologia, mas também por manter estruturas regulatórias eficazes e reconhecidas internacionalmente. Dirigentes avaliam que a ausência de funcionamento da ANSN compromete esse alinhamento institucional.

Diplomacia nuclear

Celso Cunha, presidente da Abdan, entidade que representa as empresas do setor nuclear, lembra que, no campo internacional e na diplomacia nuclear, a palavra-chave é “confiança”, e é justamente esse papel que a Agência Internacional de Energia Atômica desempenha no cenário global. Cunha ressalta que, desde 2010, o próprio órgão já havia sinalizado a importância da criação de uma autoridade nuclear independente no Brasil, medida essencial para transmitir credibilidade e garantir transparência perante a comunidade internacional.

“É fundamental que haja uma entidade autônoma responsável por fiscalizar todas as atividades do setor nuclear. Quando essa função está subordinada a uma diretoria da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), comprometida por sua própria estrutura, perde-se a independência necessária. Por isso, a criação de uma autoridade nuclear independente é essencial. Já essa batalha entre Senado e governo pelas nomeações nas agências colocou paralisia em todas as agências”, afirma.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/06/2025

ENTIDADES DO SETOR DE COMBUSTÍVEIS ASSINAM MANIFESTO CONTRA CORTE DE RECURSOS NA ANP

As entidades defendem que o governo reveja os cortes "com urgência" para a normalização dos serviços na reguladora

Por Fábio Couto, Valor — Rio



— Foto: Saulo Cruz/MME/Agência Brasil

Sete entidades do mercado de combustíveis assinaram um manifesto em defesa da revisão dos cortes de orçamento na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). As entidades defendem que o governo reveja os cortes "com urgência" para a normalização dos serviços na reguladora.

A ANP anunciou, na segunda-feira (23), que vai adotar medidas emergenciais a partir do dia 1º de julho para enfrentar impactos dos cortes orçamentários promovidos pelo governo sobre a agência.

Uma das medidas emergenciais da ANP será a suspensão do Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis (PMQC) durante julho.

Segundo o manifesto das associações do setor de combustíveis, as medidas anunciadas pela ANP são "ainda mais trágicas" para o setor no momento que se observa o escalonamento do mercado irregular, especialmente com o fato de que a redução dos valores para a fiscalização se deu depois de "verdadeira coalizão" para doação de equipamentos para a agência reforçar as ações de inspeção de qualidade.

No manifesto, listam que o PMQC realiza mais de 16 mil análises mensais e orienta as fiscalizações da ANP. Para as entidades, sem o programa, a capacidade de identificar e combater fraudes fica comprometida.

"Uma ANP enfraquecida fica limitada em ações essenciais, o que o histórico já mostrou, abre espaço para o aumento de riscos à segurança veicular, à integridade dos motores e à saúde pública, além de favorecer concorrência desleal e prejuízos à arrecadação tributária, sendo um atrativo para criminosos no setor de combustíveis", disseram as instituições no manifesto.

Assinaram o documento as seguintes entidades:

Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Federação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Gás Natural e Biocombustíveis (Brasilcom), Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), Instituto Combustível Legal (ICL), Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom) e Sindicato Nacional Transportador Revendedor Retalhista (SindTRR).

Um decreto que entrou em vigor no último dia 30 de maio determinou bloqueio de R\$ 7,1 milhões autorizados para despesas discricionárias, como viagens. A medida também contingenciou R\$ 27,7 milhões do orçamento da ANP.

Com os cortes, o orçamento da ANP caiu de R\$ 140,6 milhões para R\$ 105,7 milhões.

A ANP afirmou ontem, em comunicado, que vem sofrendo restrições orçamentárias recorrentes nos últimos anos. O orçamento da agência caiu de R\$ 749 milhões em 2013, cujo valor é corrigido pela inflação, para R\$ 134 milhões em 2024, um corte de 82%.

O setor de combustíveis vem se mobilizando contra a atuação de empresas de forma irregular no mercado, por meio de fraudes e adulterações, sonegação fiscal, descumprimento de obrigações, como adição obrigatória de biodiesel ao diesel fóssil, e uso de brechas para evitar pagamento de impostos federais e estaduais. As ações visam evitar concorrência desleal com quem cumpre as regras do setor, segundo as entidades.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 24/06/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TECON SANTOS 10: 'ORIENTAÇÃO É AGUARDAR TCU', DIZ POMINI

Por Danilo Oliveira Portos e logística 23/06/2025 - 23:12



Presidente da APS avalia que, quanto maior for número de players participando do leilão, melhor para arrecadação do porto

O presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, disse à Portos e Navios que a APS não tem nenhum posicionamento sobre impedimentos de participação do leilão do Tecon Santos 10, que o governo pretende licitar no final do ano. Segundo Pomini, a orientação de momento do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) é aguardar a análise do Tribunal de Contas da União que está em curso. Ele

ressaltou que o processo está sendo analisado pelo TCU para que se aplique o aspecto regulatório, levando em consideração a jurisprudência da casa, a legislação atual e os interesses públicos.

As regras na modelagem atual que constam na minuta do edital de licitação do novo terminal de contêineres preveem o impedimento da participação de operadores de terminais de contêineres já estabelecidos no Porto de Santos na primeira das duas etapas do leilão. Essa segunda fase, no entanto, será aberta somente se a primeira não receber propostas, o que é considerado por alguns players como improvável, devido ao alto valor do ativo.

Pomini observa que, no mundo todo, o poder econômico age para tentar interferir nas decisões do poder público — o que ele considera algo que não deve ser encarado como crítica. Segundo o presidente da APS, os técnicos estão debruçados sobre a modelagem jurídica da licitação e da operação do Tecon 10, com capacidade instalada projetada para 3,5 milhões de TEUs. Ele ponderou que, para o Porto de Santos, quanto maior for o número de players participando, maior a projeção de arrecadação com a outorga.

“Isso pode mudar de acordo com as orientações do próprio mercado e as pressões? Pode. Temos jurisprudência, podemos buscar entendimento para qualquer tipo de interpretação. Para o Porto de Santos, quanto maior for o número de players participando, melhor porque certamente teremos uma arrecadação maior”, comentou Pomini, que participou, nesta segunda-feira (23), da reunião híbrida do Comitê de Usuários dos Portos e Aeroportos da Associação Comercial do Estado de São Paulo (Comus/ACSP).

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/06/2025

PORTO DE SANTOS AVALIA IMPACTOS EM CASO DE BLOQUEIO DO ESTREITO DE ORMUZ

Por Danilo Oliveira Portos e logística 23/06/2025 - 22:22



De acordo com APS, 7 em cada 10 navios que chegam da China ao complexo portuário santista podem sofrer algum tipo de efeito em razão de interrupção do tráfego de petroleiros no canal no Oriente Médio, o que pode ser repassado às tarifas

O presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, disse nesta segunda-feira (23) que, 7 em cada 10 navios que chegam ao Porto de Santos (SP) poderão sofrer algum tipo de impacto em caso de suspensão do tráfego no Canal de Ormuz, área estratégica por onde passam aproximadamente 70% do

combustível que abastece a China e que o Irã ameaça fechar em razão do conflito com Israel e os Estados Unidos. Pomini avalia que esse impacto à navegação mundial se dará, pelo menos, sobre o preço do petróleo, o que poderá recair sobre as tarifas portuárias.

Ele ressaltou que, nos últimos dias, a possibilidade de fechamento dessa passagem vem gerando debate sobre a infraestrutura da navegação em razão do conflito. "Todos os países, principalmente aqueles que contam com infraestrutura portuária como o Brasil, sofrerão impactos diretos ou indiretos. Daí a importância de estarmos atentos a essas ações", comentou Pomini, que participou da reunião híbrida do Comitê de Usuários dos Portos e Aeroportos da Associação Comercial do Estado de São Paulo (Comus/ACSP).

De acordo com a APS, somente da China, o Porto de Santos recebeu 1.302 navios em 2024, uma média de 110 navios por mês. "Se 70% desta frota passar a ostentar dificuldade para alimentar os seus navios com esse óleo que utiliza esse estreito, teremos um impacto gigantesco no Porto de Santos sobre esta frota, levando em consideração que a China é um dos principais clientes do Porto de Santos", afirmou Pomini.

Também nesta segunda-feira (23), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) alertou que um possível encarecimento do petróleo no mercado internacional, com o agravamento do conflito no Oriente Médio, deve elevar os custos de produção em todo o mundo, reforçando o aumento de preços dos derivados e se espalhando por outras indústrias.

"Estamos preocupados pelo preço do petróleo e, também, pelos impactos que o fechamento do Estreito de Ormuz pode ter em outras cadeias de produção", afirmou em nota Karine Frago, gerente geral de petróleo, gás, energias e naval da federação, em relação ao possível fechamento, pelo Irã, de uma rota relevante do fornecimento da commodity.

De acordo com a federação, o mercado de energia já vive uma fase de preços altos globalmente, com a busca por matrizes mais limpas. A avaliação é que, neste ambiente, a redução da oferta e com manutenção da demanda inevitavelmente levaria a custos mais elevados. Como importador de equipamentos, o Brasil pode ser atingido pela alta de preços, que pode ocorrer devido à redução da oferta de energia.

A Firjan vem apontando a urgência de recomposição das reservas brasileiras para evitar que o país fique em posição de desvantagem frente a outras economias. Karine alertou para a necessidade de exploração das cinco bacias da Margem Equatorial e da Bacia de Pelotas, já que há 10 anos o Brasil tinha 23 anos de reservas provadas. Ela acrescentou que ainda é preciso aumentar a capacidade de refino para o óleo produzido no Brasil, adequando o parque industrial, que remonta à década de 1980, além de avançar em uma regulamentação que incentive o aumento de produção em campos maduros, como os da Bacia de Campos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/06/2025

APS LANÇA LICITAÇÃO PARA REFORÇO ESTRUTURAL E AUMENTO DO CALADO DO CAIS DA ILHA BARNABÉ

Da Redação *Portos e logística* 23/06/2025 - 20:30



Outros sete editais para contratar serviços especializados foram tornados públicos

Autoridade Portuária de Santos (APS) lançou, nesta segunda-feira (23) o edital de nº 40/2025 para contratar serviços especializados de reforço estrutural do cais da Ilha Barnabé. As obras, com prazo de execução de 21 meses, visam adequar o terminal a embarcações de maior porte.

Os serviços incluem o reforço estrutural do cais e dos quatro dolphins de amarração existentes, a recuperação de estacas e o aumento do calado operacional de -10,0m para -15,0m. O projeto básico também prevê a instalação um novo dolfin, defensas e passarelas metálicas, bem como a implantação de duas caixas separadoras de óleo para tratamento de efluentes.

A APS tornou públicos outros sete editais nas últimas semanas, visando a contratação de equipamentos para as subestações elétricas da APS, sinalização viária, serviços de transporte aéreo e coletes balísticos para a Guarda Portuária, entre outros. As licitações estão disponíveis para consulta na página de licitações do portal da empresa.

Confira o resumo de cada edital

Licitação 35/2025

Objeto: fornecimento, sob demanda, de insumos veterinários.

Vigência do contrato: 12 meses.

Prazo para envio de propostas: até as 10h de 01/07.

Licitação 36/2025

Objeto: prestação de serviços de transporte aéreo por meio de helicóptero bimotor.

Vigência do contrato: 12 meses.

Prazo para envio de propostas: até as 10h de 08/07.

Licitação 37/2025

Objeto: fornecimento de cabos elétricos de potência, disjuntores de média tensão, transformadores de potência, emendas para cabos de média tensão, e outros equipamentos especiais visando aprimorar a operacionalidade e melhoria das condições de segurança nos serviços realizados nas subestações elétricas.

Vigência do contrato: 180 dias.

Prazo para envio de propostas: até as 10h de 02/07.

Licitação 38/2025

Objeto: fornecimento de materiais de escritório para atendimento das necessidades do Porto de Itajaí – Filial APS.

Vigência do contrato: 3 meses.

Prazo para envio de propostas: até as 10h de 04/07.

Licitação 39/2025

Objeto: serviço para manutenção e implantação de sinalização viária vertical e horizontal em ambas as margens do Porto de Santos e em áreas sob a responsabilidade da Autoridade Portuária de Santos.

Vigência do contrato: 20 meses.

Prazo para envio de propostas: até as 10h de 14/07.

Licitação 40/2025

Objeto: serviço de execução do reforço estrutural do cais e dolphins existentes, recuperação estrutural das estacas prancha do cais, necessários para o aumento de calado do cais operante na Ilha Barnabé, instalação de novas defensas, implantação de um novo dolfim, instalação de passarelas metálica entre os dolphins, e a implantação de duas caixas separadoras de óleo nas extremidades do cais.

Vigência do contrato: 26 meses.

Prazo para envio de propostas: até as 10h de 15/07.

Licitação 41/2025

Objeto: fornecimento de capas externas de coletes balísticos para a Superintendência da Guarda Portuária.

Vigência do contrato: 12 meses.

Prazo para envio de propostas: até as 10h de 04/07.

Licitação 42/2025

Objeto: fornecimento de materiais e equipamentos para o Setores de Controle Bélico, Canil e Patrulhamento Marítimo, da Gerência de Operação.

Vigência do contrato: 12 meses.

Prazo para envio de propostas: até as 10h de 03/07.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 24/06/2025

PORTO DE PARANAGUÁ RECEBE VEÍCULOS DA CHINESA GEELY, QUE VOLTA AO PAÍS APÓS 9 ANOS

Da Redação *Portos e logística* 23/06/2025 - 20:21



O fabricante chinês de veículos elétricos Geely realizou seu primeiro desembarque de automóveis no Brasil após nove anos fora do país. O navio "San Martin", procedente do Porto de Xangai, trouxe centenas de carros elétricos em operação realizada no Porto de Paranaguá. A marca retorna ao mercado nacional por meio de parceria com uma montadora já instalada no Brasil.

A operação foi realizada no berço 219, estrutura projetada especialmente para receber navios do tipo Ro-Ro (roll-on/roll-off), próprios para cargas rolantes. O

pier permite que embarcações desse tipo atraiam na posição perpendicular ao cais, diferentemente das demais, que atracam em paralelo.

“É uma honra para a Portos do Paraná ser a porta de entrada de veículos de alta tecnologia. Isso demonstra que estamos sempre preparados para atender com eficiência o mercado automobilístico”, afirmou o diretor-presidente da empresa pública, Luiz Fernando Garcia.

O Paraná também se consolida como fabricante e exportador de automóveis. As vendas de carros produzidos no estado para outros países cresceram 73,7% entre janeiro e maio deste ano, na comparação com o mesmo período de 2024. Em valores absolutos, as exportações saltaram de US\$ 172 milhões para US\$ 299 milhões.

Os dados, divulgados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 082/2025
Página 44 de 44
Data: 24/06/2025
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

O crescimento está diretamente relacionado à ampliação das vendas para o mercado sul-americano, especialmente para a Argentina, que registrou um aumento de 464% nas compras de veículos paranaenses. As exportações para o país vizinho subiram de US\$ 32 milhões para US\$ 182 milhões. Também houve aumentos expressivos nas vendas para a Colômbia (49%), Uruguai (38%) e Chile (28%)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 24/06/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS